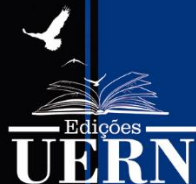


WILLIAM GLEDSON E SILVA

NOTAS SOBRE POLÍTICA ECONÔMICA E A PRESENÇA DO ESTADO CAPITALISTA:

EVIDÊNCIAS POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS NA
ANÁLISE TEÓRICA DE GUNNAR MYRDAL



NOTAS SOBRE POLÍTICA ECONÔMICA E A PRESENÇA DO ESTADO CAPITALISTA:

EVIDÊNCIAS POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS NA
ANÁLISE TEÓRICA DE GUNNAR MYRDAL

William Gledson e Silva
(Autor)

**Notas sobre política econômica e a presença do
estado capitalista: evidências políticas e ideológicas
na análise teórica de Gunnar Myrdal**



Os textos assinados, no que diz respeito à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente a opinião da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. As informações contidas na obra são de inteira responsabilidade dos seus autores.

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Notas sobre política econômica e a presença do estado capitalista: evidências políticas e ideológicas na análise teórica de Gunnar Myrdal. / William Gledson e Silva – Mossoró – RN: EDUERN, 2021.

113p.

ISBN: 978-65-88660-72-0 (E-book)

1. Política econômica. 2. Estado capitalista. 3. Economia. I. Silva, William Gledson e. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

UERN/BC

CDD 330

Bibliotecário: Petronio Pereira Diniz Junior CRB 15 / 782

**Reitor**

Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Vice-Reitor

Fátima Raquel Rosado Morais

Diretora de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Anairam de Medeiros e Silva

**Conselho Editorial das Edições UERN**

Diego Nathan do Nascimento Souza

Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Emanoel Márcio Nunes

Isabela Pinheiro Cavalcante Lima

Jean Henrique Costa

José Cezinaldo Rocha Bessa

José Elesbão de Almeida

Wellington Vieira Mendes

Diagramação:

André Duarte da Silva

Endereço:

Campus Universitário Central, Rua Professor Antônio Campos, s/n,
BR 110, km 48, Bairro Costa e Silva, CEP: 59600-000, Mossoró/RN

Contato:

Fone: (84) 3312-0518

E-mail: edicoes.uern@uern.br

A dedicação deste esforço de pesquisa, sem dívida, é integralmente ao meu Senhor Jesus Cristo, o qual me concedeu capacidade intelectual para refletir, construir, sistematizar e articular ideias, o único digno de todo amor, honra, louvor e glória, meu adorado Mestre e Senhor absoluto de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao meu Deus Uno e Trino pela conclusão de mais este delineamento investigativo, pois sem a força do Senhor seria incapaz de realizar quaisquer trabalho, incluindo a discussão aqui postada.

Na sequência, agradeço a minha família doméstica, minha tão amada esposa Vanessa e meu amadíssimo filho João Paulo, os quais são os responsáveis tão diretos aos estímulos de pesquisador, por eles as horas dedicadas perdem seu teor de cansaço e há sobressaltos pujantes de vigor para a continuidade dos estudos, eu vos amo minhas razões humanas de vida.

Seguindo os meus sinceros agradecimentos, ressalto os meus demais familiares, pais Antônio e Valquiria, sogros João e Necilda, Irmão Wellison e cunhados Izabela, Valeska, Breno, minha vó Nídia e no céu minha vó Toti, primos queridos Verônica, Vanessa, Arthur e Lanna, meus sobrinhos Iasmim, Bernardo e Giovana, bem como os demais que não nomeiei, mas que aponto suas importâncias emblemáticas; afinal, minhas tias Vanuza e Vanízia sempre torcedoras ao meu sucesso pessoal.

Agradeço aos meus inúmeros amigos, em que cada um tem uma relevância singular, assinalo especialmente Raquel e sua família meus verdadeiros irmãos e Rosa Maria que tenho como irmã em Cristo; além de Lidérica, Maria Luiza, Francisco Danilo, José Antônio, Ana Paula, Margareth e todos os que fazem o

Laboratório de Acessibilidade da UFRN amigos tão queridos; outros amigos de notável importância Ilton, Jonilson e Suzete e meu afilhado João Rafael tão importantes para mim neste tempo, além dos meus fiéis demais amigos não nominados e que fazem parte da minha vida.

Finalmente, agradeço profundamente ao meu amigo e orientador Lincoln Moraes de Souza já na eternidade, o qual foi o maior responsável por contribuir na seleção da temática deste livro, principalmente durante o transcurso de meu estágio pós-doutoral, sendo emblemático e suas palavras e ensinamentos nunca esquecerei, meu obrigado mais sincero e carinhoso, espero perseguir uma trajetória acadêmica digna semelhante como a sua meu querido orientador Lincoln.

Portanto, agradeço a todos aqueles que de uma forma mais ou menos direta contribuíram para a realização desta obra, especialmente ao meu amigo e parceiro de pesquisa Luís Abel, autor do prefácio deste texto, compreendendo minúcias que até mesmo eu havia não percebido, o para além das palavras escritas, obrigado Abel.

Voltando-se, disse-lhes:

Se alguém vem a mim e não odeia seu pai, sua mãe, sua mulher, seus filhos, seus irmãos, suas irmãs e até a sua própria vida, não pode ser meu discípulo.

E quem não carrega a sua cruz e me segue, não pode ser meu discípulo.

Quem de vós, querendo fazer uma construção, antes não se senta para calcular os gastos que são necessários, a fim de ver se tem com que acabá-la?

Para que, depois que tiver lançado os alicerces e não puder acabá-la, todos os que o virem não comecem a zombar dele, dizendo: Este homem principiou a edificar, mas não pode terminar.

Ou qual é o rei que, estando para guerrear com outro rei, não se senta primeiro para considerar se com dez mil homens poderá enfrentar o que vem contra ele com vinte mil?

De outra maneira, quando o outro ainda está longe, envia-lhe embaixadores para tratar da paz.

Assim, pois, qualquer um de vós que não renuncia a tudo o que possui não pode ser meu discípulo.

LC 14, 25 B-33.

PREFÁCIO

O livro “*Notas sobre política econômica e a presença do estado capitalista: evidências políticas e ideológicas na análise teórica de Gunnar Myrdal*” apresenta uma relevante discussão acerca do papel do Estado na economia, a partir de um importante debate com Gunnar Myrdal, que, em diálogo com a literatura econômica e com a ciência política, procura identificar os primórdios entre as relações e ações de políticas econômicas na literatura clássica e os acontecimentos sociais vivenciados àquela época.

A leitura minuciosa das obras de Gunnar Myrdal, em seu constante diálogo com a literatura clássica, é apresentada de forma impar ao longo da organização e estruturação do debate presente nesta obra, com elevado nível de interações e argumentações no tocante às relações entre Estado e política econômica, numa perspectiva teórico-conceitual e seus emblemáticos dilemas analíticos.

A divisão e estrutura dos capítulos apresentada pelo autor nos faz emergir em uma sequência de raciocínios emblemáticos e, por vezes, envolto a uma introspecção analítica do papel do Estado e seu processo de interação com a política econômica, consubstanciado numa corrente de pensamento substancialmente dominada pela ótica monetarista no domínio de ações estatais em temas de políticas econômicas. Na abordagem teórica econômica apresentada é possível associar este diálogo postulado pelo amplo e importante papel

atribuído a moeda com aquele envolto pela ciência política no âmbito das relações de poder e de partido dominante, que nos remete a uma evolução dos postulados teórico-conceituais na explicação dos dilemas de ações empreendidas pelas políticas públicas modernas, na perspectiva de Estado promotor de ações afirmativas ao desenvolvimento pela ótica de interpretação da estrutura dominante.

As contribuições nos apresentadas pelo autor, envolto ao pensamento de Gunnar Myrdal, refletem à importância da imersão teórica nos postulados clássicos à compreensão do papel do Estado no tocante à elaboração de políticas econômicas à promoção do desenvolvimento, considerando-se a relevância teórico-conceitual, para a construção de uma perspectiva de abordagem analítica no contexto de um Estado moderno, sem desconsiderar a estrutura dominante no pertinente as ações de políticas econômicas e às orientações postuladas pela corrente dominante no pensamento econômico vigente.

A consulta ao arcabouço teórico culminou em evidências, do ponto de vista conceitual, de que as ações do Estado na promoção de políticas econômicas permearam-se pela ótica da moeda, ao longo do debate teórico oriundo das raízes do pensamento clássico, tanto pela ótica econômica quanto pela compreensão da ciência política, não adentrando as ações em sentido de promoção de transformações estruturais relevantes ao processo de promoção e expansão do crescimento econômico e seu transbordamento à promoção do

desenvolvimento, pela ótica de ações de natureza fiscal ou de outras formas de políticas, dando ênfase ao relevante papel da moeda.

Acoplada às ações institucionais do Estado no âmbito da política econômica pela ótica da moeda, as questões econômicas pela ótica financeira foram tratadas com base na compreensão de Gunnar Myrdal, no sentido de evidenciar uma relação de transbordamento relativo ao capital produtivo, no sentido de expandir-se à sociedade, pela via do crescimento e do impulso na geração de renda. Este transbordamento, na concepção do autor, a partir da análise feita nas obras de Gunnar Myrdal, revela não haver disparidade nos resultados das ações efetivas de Estado entre os países, já que a política monetária apresenta efeitos relativos positivos aquelas ações empreendidas, independentemente de onde seja aplicada, sendo esta capaz de produzir efeitos ao crescimento, independentemente do nível de desenvolvimento econômico em que cada economia encontrava-se.

Assim sendo, esta obra contém elementos essenciais à compreensão das ações de políticas de Estado pela ótica da literatura clássica, no tocante ao crescimento econômico e ao desenvolvimento fundamentando a importância da moeda como estratégia de política funcional, no relevante debate acadêmico instituído.

Luís Abel da Silva Filho

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **14**
 2. PREMISSAS TEÓRICAS: FUNDAMENTOS ANALÍTICOS NA PERSPECTIVA DA CAUSAÇÃO CIRCULAR E ACUMULATIVA DE GUNNAR MYRDAL **22**
 3. O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA: IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E POLÍTICA NA LEITURA DE GUNNAR MYRDAL **43**
 4. POLÍTICA ECONÔMICA: ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS EM DIÁLOGO COM GUNNAR MYRDAL **71**
 5. AGUISA DE CONCLUSÃO **100**
- REFERÊNCIAS **108**

1. INTRODUÇÃO

A concepção desta investigação revestida de elementos teóricos, sem dúvida, almeja dar ênfase a algumas discussões relevantes, porém, ainda não tão exploradas nas literaturas da economia e ciências políticas, permitindo destacar determinados aspectos passíveis de vinculação, admitindo como eixo central de análise considerações teóricas extraídas de Gunnar Myrdal, o qual dialoga com várias tendências suscitadas no estudo.

Assim, o autor supracitado oferta inúmeros traços conceituais importantes, isto é, o relacionamento de atributos ligados ao Estado capitalista, políticos, econômicos e sociais fundamentais ao alcance dos objetivos da pesquisa, a rigor, conformam passos representativos passíveis de consecução procedimental a serem adotados durante o transcurso constante nestas páginas.

Ressalte-se, no entanto, que Myrdal (1960; 1965; 1967; 1997), via de regra, em seus diferentes trabalhos deve dialogar com um conjunto de outros autores significativos da teoria econômica e ciências políticas, a exemplo de Offe (1975; 1984; 1990), Poulantzas (1977; 1980), Brunhoff (1985), Keynes (1985) e Kalecki (1987), tão somente, para citar uma diminuta parte desses, constituindo algumas bases relevantes ao desenvolvimento do estudo.

No campo das ciências políticas, particularmente, Offe (1984) apresenta conceitos imprescindíveis relacionados com a

seletividade estrutural, ingovernabilidade e partidos competitivos, reservando a Poulantzas (1977) a ideia de autonomia relativa do Estado capitalista e o bloco no poder, reunindo elementos capazes de contribuir no propósito de evidenciar o papel estatal enquanto promotor dos favorecimentos ao capital via políticas públicas, aspecto passível de demonstração teórica na análise em curso.

Adicionalmente a esses pontos, Poulantzas (1980) descreve o Estado capitalista como uma espécie de aparelho, no qual se exprime a via estatal em partes constitutivas, a exemplo do Governo (executivo), legislativo, judiciário, ministério público, forças armadas e assim por diante, revelando características essenciais no adequado enquadramento teórico sublinhado na pesquisa aqui suscitada.

O autor antes mencionado, flagrantemente, mostra que as classes sociais atravessam o Estado capitalista, de modo a possibilitar não uma instrumentalização desse por parte das expressões classistas, porém, deve-se ao fato da via estatal corresponder a uma instituição autonomamente relativa diante de capitalistas e da força de trabalho, condensando forças no interior do enfatizado aparelho.

Offe (1984), por seu turno, aponta o conceito de partidos competitivos (aporte adaptado neste estudo), o qual exprime um traço bastante transparente da ideia de ideologia dentro do Estado capitalista, elemento imprescindível da interpretação aqui admitida, pois as diferentes razões sociais enquanto grupos de interesses passam a ser representados partidariamente, conforme assume o

autor supracitado e que difere da leitura do liberal pluralismo de Schumpeter (1961).

Politicamente, Poulantzas (1980) exprime um corolário pertinente quanto ao embate político e, portanto, base repousante neste exame, tendo em vista, flagrantemente, o fato de que as classes opostas apresentam suas próprias demandas, cabendo ao Estado garantir favorecimentos mais significativos aos membros do capital em detrimento de trabalhadores, segundo procedimento estatal como essência descrita pelo autor antes enfatizado.

Já para Brunhoff (1985), a qual admite haver um par de políticas, respectivamente, a econômica que se refere à gestão estatal da moeda e força de trabalho, bem como a social vinculada à possibilidade da realização de políticas de emprego ou salarial, denotando uma participação do Estado como agente fornecedor de mecanismos intervencionistas no contexto da economia capitalista, geralmente em benefício dos membros da classe dominante.

Em concordância com a proposição precedente, Ramaux (2012) identifica que a política pública, enquanto ação estatal, claramente, admite haver como manifestação dessa, políticas de regulação, social, econômica, dentre outras, sendo a última preocupação mais enfática constante neste estudo e fator de suma importância na participação do Estado firmado, mais precisamente no Governo, atingindo a economia capitalista como agente perturbador das livres forças de mercado, conforme recupera criticamente Myrdal (1997).

Kalecki (1987), por sua vez, mostra haver no sistema econômico um trio de Departamentos, o D 1 corresponde àquele direcionado ao investimento dos capitalistas, o D 2 ligado ao consumo dos capitalistas, resguardando ao D 3 significar o consumo dos trabalhadores, combinando traços factíveis de uma flagrante distinção classista mediante a existência de partes no interior da economia em um dado espaço.

Reforçando a compreensão anterior, Keynes (1985) explicita um conceito bastante caro a este exame, a saber: o princípio da demanda efetiva. O significado do antes enfatizado, na verdade, reflete um terreno teórico no qual o gasto determina a renda, isto é, a interação conceitual do autor supracitado com Brunhoff (1985) e Kalecki (1987) desenha um ponto essencial no diálogo com Gunnar Myrdal a respeito da política econômica, correspondendo a um dos elementos orientadores do trabalho.

Some-se a isso, via de regra, o desenvolvimento conceitual da chamada causação circular e acumulativa, quer dizer, este aspecto formal sinaliza preponderantes apontamentos dignos de ressalva, cuja preocupação é situar o leitor teoricamente nesta investigação no sentido de evidenciar melhores enquadramentos da enfatizada discussão, tal como se pode identificar:

Em sua forma mais simples, o modelo explanatório se reduz a dois fatores: “o preconceito do branco”, que causa a discriminação contra os negros em vários aspectos, e o “baixo padrão-de-vida da população negra”. Esses dois fatores se

relacionam mutuamente; o baixo padrão-de-vida dos negros é mantido pela discriminação dos brancos, enquanto, por outro lado, a pobreza, a ignorância, a superstição, as más condições de habitação, as deficiências sanitárias, a sujeira, o mau cheiro, a indisciplina, a instabilidade das relações familiares e a criminalidade dos negros estimulam e alimentam a antipatia dos brancos. (MYRDAL, 1960, p. 32).

Assim, Myrdal (1965) realiza um estudo com relação ao comportamento de grupos populacionais nos Estados Unidos da América (EUA), peculiarmente negros e brancos, encontrando além de nuances bastante importante e semelhantes ao assinalado anteriormente. No entanto, essa característica permite ao autor mencionado desenvolver o chamado conceito da causação circular e acumulativa, o qual carece de mais esclarecimentos a serem evidenciados no capítulo seguinte deste livro.

Entretanto, faz-se necessário destacar, ao menos superficialmente, uma simples explicitação da causação circular, isto é, tal conceito se refere à ideia de reforço de uma dada tendência, em outros termos, quando um contexto traçado ocorre esse deve acentuar-se cumulativamente, a exemplo do quadro de negros e brancos nos EUA, sendo plausível o questionamento do denominado equilíbrio estável.

Encontra-partida a argumentação prévia, Hicks (1988) apresenta alguns elementos relevantes presentes na teoria econômica, isto é, a existência de um equilíbrio estável e

tendencial, onde todas as variáveis da economia, a exemplo da produção, consumo, arrecadação tributária governamental, dentre outros, a rigor, devem alcançar um ponto de equilíbrio ótimo em nível de Pareto, cuja demarcação inviabiliza a permanente ocorrência de situações desfavoráveis a qualquer um dos grupos econômicos.

Saliente-se, todavia, que Myrdal (1960), ao discutir o princípio da causação circular e acumulativa mostra haver a não robustez do equilíbrio estável proposto, por exemplo no trabalho de Hicks (1988), cuja percepção é a possibilidade de um aumento do desequilíbrio tendencialmente, sendo um embate bastante representativo ao Alcance das pretensões da investigação aqui suscitada, gerando sinalizações acentuadas para que se obtenham resultados teóricos não desprezíveis no estudo e mais a frente melhor situada tal discussão foco grafado nestas páginas.

Resta ainda, sem dúvida, a consideração do aspecto da transformação historicamente constituída e desenvolvida por Marx (2003), cuja demonstração permite haver uma tendência de mudanças profundas na sociedade ao transcorrer do tempo, conservando, contudo, o caráter opositor em torno das classes e cominando no modo de produção capitalista amálgama das relações sociais presentes nesta pesquisa.

Após esses comentários iniciais, torna-se cabível enfatizar que este trabalho, por sua vez, procura colocar em evidência a análise sobre a política econômica como uma das possíveis expressões da política pública, o papel do Estado capitalista, os

fundamentos políticos e ideológicos repousantes sobre tal cenário, vinculando a discussão na perspectiva de Gunnar Myrdal, cuja tentativa é fornecer uma contribuição teórica envolvida em semelhante tratativa, pois não há maiores preocupações neste terreno capazes de fornecer instrumentos mais consistentes para explicar determinadas realidades envoltas no aqui considerado.

Com efeito, a hipótese central desta investigação, contundentemente, perpassa pela aceitação de parcelas das impressões teóricas de Gunnar Myrdal em face das demais compreensões aqui suscitadas, partindo da ênfase do papel do Estado capitalista, a essencialidade da política econômica, a sustentabilidade em torno dos fundamentos políticos e ideológicos, admitindo haver nuances conceituais mais sólidas quando do estabelecimento de contatos entre as mencionadas interpretações teóricas.

Nesse sentido, o estudo traça como objetivo geral, a análise teórica dos conceitos de Estado capitalista e seu papel na economia, política econômica e os fundamentos políticos e ideológicos imbricados em tal contexto, partindo do diálogo com Gunnar Myrdal. Logo, os objetivos específicos relacionam:

- a) Realizar um debate teórico sobre as características e o papel do Estado capitalista;
- b) Desenvolver uma interpretação acerca do conceito de política econômica e seu impacto em relação à economia capitalista;

- c) Evidenciar explicitações a respeito dos elementos políticos e ideológicos constantes na discussão de Estado e política econômica.

Faz-se necessário mencionar que as reflexões a serem desenvolvidas nos capítulos subsequentes, a rigor, possibilitam construir o raciocínio fundante da pesquisa agora sistematizada, cuja busca indissociável trata de perceber o significado de política econômica e seus desdobramentos em termos de Estado capitalista, tentando evidenciar traços para além de um simples instrumento de intervenção estatal e sim, categoricamente, esmiuçar um caráter sólido do ponto de vista conceitual.

PREMISSAS TEÓRICAS:
FUNDAMENTOS ANALÍTICOS NA
PERSPECTIVA DA CAUSAÇÃO
CIRCULAR E ACUMULATIVA DE
GUNNAR MYRDAL

2. PREMISSAS TEÓRICAS: FUNDAMENTOS ANALÍTICOS NA PERSPECTIVA DA CAUSAÇÃO CIRCULAR E ACUMULATIVA DE GUNNAR MYRDAL

Este livro, via de regra, pretende exprimir apontamentos teóricos significativos ao desenvolvimento da pesquisa, quer dizer, almeja-se discutir aspectos conceituais capazes de sustentar a análise aqui empreendida, levando em consideração o embate em torno da compreensão de equilíbrio, cujos desdobramentos se centralizam na oposição da chamada lei de Say¹ e a ideia de demanda efetiva, bem como o entendimento do princípio da causação circular e acumulativa, atributos esses indispensáveis ao alcance do esperado na investigação.

Inicialmente, torna-se importante neste capítulo dar ênfase ao aspecto do equilíbrio na teoria econômica, ou seja, os agentes interagem no ambiente de mercado e alcançam um patamar capaz de não produzir insatisfação ou propensão de mudar a condição dada, cujo fator do ajustamento decorre dos preços, em outras palavras, o sistema de preços é que produz o chamado equilíbrio na economia.

Assim, se uma série de preços é fixada na primeira segunda-feira, e esses não equiparam

¹Lei de Say corresponde a uma compreensão econômica capaz de acentuar o lado da oferta como líder do processo de expansão da economia, oposição teórica ao princípio da demanda efetiva.

a oferta e a demanda em todos os mercados, será preciso haver um ajustamento dos preços; os preços cairão nos mercados em que a oferta for maior que a demanda, e subirão nos mercados em que a demanda for maior que a oferta. Essa variação dos preços correntes levará a uma alteração dos planejamentos e, conseqüentemente, das ofertas e demandas; através da alteração dos planejamentos, as ofertas e demandas chegam ao equilíbrio. (HICKS, 1988, p. 94).

O autor supracitado, na verdade, sistematiza uma análise referente ao fato de que na economia o equilíbrio estável é o objetivo a ser atingido, pois quando qualquer mercado se encontra fora desse cenário, categoricamente, os preços tratam de corrigir as eventuais distorções, tanto em um exame estático quanto dinâmico, denotando traços bastante representativos do mencionado tipo de discussão teórica, sendo plausível suscitar interpretações destoantes de tal compreensão.

Com efeito, Myrdal (1997) perfaz uma revisitação pela teoria econômica clássica, dialogando com autores como Smith, Ricardo e a própria fisiocracia, os quais são percussores da maneira de enxergar possibilidades de haver equilíbrio, seja através dos preços, movimentação de fatores e produtos, dentre outros, explicitando flagrantes contornos analíticos provenientes de uma tendencial inclinação ao estágio de equilíbrio, ou a denominada “mão invisível” imputada a Smith.

Já a corrente neoclássica, a rigor, acrescenta aos aspectos clássicos a chamada cláusula utilitarista do bem-estar, onde o saldo

positivo entre prazer e dor permite aos agentes maximizarem suas utilidades, isto é, caso o sacrifício financeiro para comprar uma unidade de bem for menor que o retorno de satisfação obtido na aquisição por exemplo, necessariamente, há ganhos de utilidade e vice-versa, conforme resgate de Myrdal (1997)².

Acentue-se, todavia, que a compreensão de equilíbrio perfaz um entendimento no qual os agentes devem obter níveis de enquadramento econômico, cuja perspectiva teórica prever um limiar de ótimo paretiano³, onde não ocorre motivações para que se mude a situação atingida, a exemplo dos equilíbrios do consumidor e do produtor explicitados na interpretação de Hicks (1988), permitindo considerar as denominadas lei de Say e a demanda efetiva como elementos relevantes neste ponto.

Com quanto, Silva (1999), via de regra, sublinha que a lei de Say diz respeito à determinação do gasto pela renda (condicionante), reservando para a demanda efetiva a inversão de causalidade, cuja última forma de compreensão teórica consagrada na literatura por Keynes (1985) e, na mesma perspectiva no trabalho de Kalecki (1987), admite haver possibilidades de perturbação no chamado equilíbrio estável⁴.

²Utilitarismo é uma escola do pensamento filosófico, sendo uma das mais importantes dentro da teoria econômica.

³Refere-se ao fato de que se um agente melhorar sua posição, necessariamente o outro vai piorar seu posicionamento, implicando em diversos apontamentos da economia, conforme a leitura da corrente ortodoxa exemplificada por Modenesi (2005).

⁴Tal afirmativa requer a desconsideração do chamado longo prazo microeconômico.

Saliente-se, entretanto, a discussão empreendida no exame de Modenesi (2005), o qual ao recuperar diversas vertentes teóricas de orientação ortodoxas⁵, a exemplo dos monetaristas liderados por Friedman e a corrente novo-clássica, em cujo expoente se refere a Lucas, o que salta aos olhos decorre do último relacionar o equilíbrio como uma possibilidade de estabilidade quase permanentemente, sendo perturbado mediante surpreendentes choques econômicos.

Com efeito, faz-se necessário grafar que a teoria econômica, atualmente, assume como corolário fundamental as nuances supracitadas, quer dizer, a economia capitalista pode alcançar níveis de equilíbrio apenas destoantes desse via ações não esperadas, tendo no Governo particularmente, o agente capaz de propiciar tal fator de desequilíbrio, notadamente, a tendência ao equilíbrio parte, exclusivamente das forças de mercado assinaladas até então no estudo e adequadamente asseveradas Por Friedman (1985).

Na contramão das referências prévias, Keynes (1985) realiza uma crítica relevante em termos teóricos, isto é, o princípio da demanda efetiva se reporta a denominada demanda nocional, pois os agentes econômicos, na verdade, esperam que haja uma dada demanda mediante a efetivação de uma oferta, do ponto de

⁵Significa ser uma forma de interpretar teoricamente a economia, cujos elementos correspondem ao livre ambiente de mercado, aceitação da lei de Say, ajustamento econômico via sistema de preços, etc.

vista da economia integralmente, ou macroeconomicamente nas palavras atuais.

Seguindo esse raciocínio, Possas (2001) desmistifica o entendimento anterior, ou seja, a demanda efetiva enquanto aporte teórico, a rigor, decorre da efetivação da demanda para que o princípio tenha validade, cujo destaque remete a uma maneira mais contundente em admitir a existência conceitual aqui examinada, uma vez que tal desenho é imprescindível ao desenvolvimento deste trabalho.

Assim, Silva (2017) mostra haver alguns modelos macroeconômicos de natureza ortodoxa, os quais assumem a ideia de demanda efetiva apenas no chamado curto prazo macroeconômico ⁶, onde sob certo conjunto de hipóteses comportamentais, compreende-se que a demanda produz efeitos transitórios, reservando no longo prazo⁷ o retorno ao universo teórico da lei de Say (a oferta cria sua própria demanda) permanentemente, bem como a não vigência do princípio da demanda efetiva no enfatizado contexto temporal.

Ressalte-se, entretanto, as considerações de Kalecki (1987) permeadas na ideia de demanda efetiva, não assumindo a existência de curto ou longo prazos, porém, tal ocorrência teórica perfaz um contorno assimétrico classista, quer dizer, ao dividir a economia capitalista em um trio de Departamentos, a esses são

⁶Diz respeito a uma suposta rigidez na variação de preços e salários correntes.

⁷Corresponde a uma flexibilidade infinitamente rápida nos preços e salários correntes para corrigir desequilíbrios macroeconômicos, a exemplo dos níveis de produção, emprego, comportamento dos bens em trânsito internacional, etc.

atribuídos perspectivas de consumo ou investimentos realizados pelas diferentes classes, caracterizando o princípio até então assinalado e lançando bases analíticas importantes a esta pesquisa.

Portanto, alcança-se como aceitação dos desdobramentos da discussão de equilíbrio, claramente, o fato desse ser afetado pela demanda efetiva, não apenas no curto prazo, no entanto, a consideração advinda do trabalho em curso prever impactos importantes na economia capitalista de modo permanente, ou seja, há uma sucessão de curtos prazos e não se assume o longo prazo, tanto macroeconomicamente quanto na perspectiva microeconômica⁸.

Possas (2001) e Serrano (2001), a rigor, aderem ao antes explicitado enquanto ser a demanda capaz de modificar os padrões econômicos sem interrupções, cujos fatores dinamizadores correspondem às variáveis privadas ligadas ao consumo e investimento, além das políticas econômicas ativistas⁹, refletindo o desenho que a demanda efetiva tende a produzir teoricamente na investigação, ainda que sumariamente.

Após essas breves ressalvas, torna-se crucial sistematizar alguns comentários mais precisos sobre o princípio da causalção circular e acumulativa, quer dizer, este aporte teórico traz determinadas evidências indispensáveis ao aqui proposto,

⁸Curto prazo microeconômico se relaciona com o fator trabalho variável e os demais fatores permanecendo fixos, permitindo no longo prazo a variação de todos os fatores de produção, sublinhando ser um tempo lógico e não cronológico.

⁹Para maiores detalhes consultar o capítulo sobre política econômica do estudo em curso.

notadamente no questionamento do denominado equilíbrio estável admitido na análise econômica de Hicks (1988).

A inter-relação causal e circular entre todos os fatores no processo do desenvolvimento de um grupo populacional como os negros norte-americanos, nos faz compreender a noção geral do status do grupo; do mesmo modo, a inter-relação entre preços dá sentido à noção de “nível de preço”. Um índice desse status poderia ser elaborado e teria significação como medida da tendência geral do sistema, no tempo ou no espaço. A principal tarefa científica é contudo analisar as inter-relações causais dentro do sistema, a medida que ele se move sob a influência de forças externas que pressionam ora em determinado sentido ora em outro, ao ritmo de seus próprios processos internos. (MYRDAL, 1960, p. 34).

Com efeito, o autor supracitado, via de regra, demonstra o princípio da causação circular e acumulativa como um processo capaz de seguir em uma trajetória de relações que se interligam, em outras palavras, quando ocorre uma expansão econômica através do aumento dos investimentos privados¹⁰, por exemplo, decorrente de melhorias nas expectativas dos capitalistas, o nível de empregabilidade formal, arrecadação governamental, transações

¹⁰Refere-se ao chamado efeito acelerador macroeconômico, o qual significa que a variação nos investimentos produtivos ocasionam mudanças no chamado produto potencial da economia e não apenas sobre os níveis de produção e emprego através do aumento na demanda agregada, conforme Carlin e Soskice (2006).

financeiras creditícias, dentre outros, igualmente se elevam circularmente e cumulativamente.

Nessas circunstâncias, a causação circular expressa sua cadeia de interligações de relacionamentos tanto favoravelmente como desfavoravelmente, mediante o prisma que se observe o fenômeno, isto é, havendo um choque econômico capaz de suscitar aumento no ritmo da atividade produtiva esse movimento vai ganhando maior vigor e vice-versa, sendo possível estabelecer algumas vinculações teóricas interessantes.

De fato, Minsky (1986), na verdade, desenvolve uma hipótese bastante cara ao sistema capitalista enquanto contexto financeiro, ou seja, quando os agentes econômicos percebem haver um cenário próspero e, expectacionalmente plausível, o que ocorre é uma tendência ao aumento na tomada de empréstimos bancários ou permuta de ativos tangíveis¹¹ pelos intangíveis¹², cujos últimos se apresentam mais voláteis e, portanto, o grau da elasticidade retorno dos investimentos¹³ aparenta ser substancialmente convidativo.

A reversão de tendência, todavia, corresponde ao movimento de inflexão da trajetória antes ressaltada, quer dizer, aquele ritmo de prosperidade se transforma em um contexto de crise, tendo na tentativa de venda dos ativos financeiros, redução da oferta de crédito bancário a investidores e consumidores, impactos negativos nos mercados de trabalho e de bens e / ou

¹¹Significam serem itens produtivos.

¹²Representam itens financeiros.

¹³Relaciona-se com a variação do retorno mediante a as mudanças nos investimentos enquanto maior ou menor sensibilidade da vinculação.

serviços, alcançando no limite repercussões insofismáveis e sem precedentes na economia capitalista.

Assim, Minsky (1986) sustenta que o binômio anterior, via de regra, representa a denominada hipótese de instabilidade financeira, em que o sistema econômico capitalista, necessariamente, reveste-se dos aspectos descritos como sendo um ciclo, tanto virtuoso quanto vicioso, demarcando traços bastante evidentes de uma instabilidade passível de influenciar nas condições materiais dos agentes integralmente no sentido da causação circular e acumulativa de Myrdal (1960).

A combinação antes enfatizada, contundentemente, perpassa pela compreensão do princípio da causação circular e acumulativa admitir haver reforço de tendência, em outras palavras, na prosperidade econômica ocorre aumento na disponibilidade de crédito, incremento nos investimentos, aquisição de ativos financeiros, acréscimos no emprego e renda agregados, consumo e assim por diante, convergindo ao chamado multiplicador keynesiano¹⁴.

Saliente-se, na verdade, o fato de que os efeitos contrários se constatam, cujo destaque corresponde a um processo que desencadeia vários elementos interligados, tanto positivamente como negativamente, demonstrando a existência de vinculações entre variáveis macroeconômicas na perspectiva do multiplicador

¹⁴ Impulso inicial produzido pela variação do consumo sobre a demanda agregada, sendo replicado por diversas vezes com menor intensidade até que seus efeitos se tornem nulos, conforme destacam Silva et al. (2013).

keynesiano apontado no trabalho de Silva (2017), em que um incremento na demanda agregada via elevação nos investimentos privados, por exemplo, repercute no mesmo sentido na queda de estoques econômicos, expansão na produção renda, emprego e consumo decorrentes de expectativas favoráveis pelos agentes.

Suponha-se que, em determinada comunidade, um acidente ocorra sem solução imediata, isto é, que uma fábrica, de onde grande parte da população retira sua subsistência se incendie e se torne evidente que não vale a pena reconstruí-la pelo menos naquela localidade. O efeito imediato dessa mudança primária seria a firma proprietária deixar de operar e os trabalhadores perderem o emprego. Esse resultado diminuiria as rendas e a demanda.

Por seu turno, a diminuição da demanda reduzirá as rendas e causará desemprego em todos os outros negócios da comunidade, cujos produtos e serviços eram vendidos à firma e seus empregados. Desencadeia-se, assim, um processo de causação circular, com efeitos que se acumulam a feição de um “círculo vicioso”. (MYRDAL, 1960, p. 39).

A explicitação anterior, portanto, comprova a forte vinculação conceitual do autor supracitado e os efeitos do multiplicador keynesiano, o qual tem uma não desprezível relação com a hipótese de instabilidade financeira de Minsky (1986), cuja constituição teórica ressalta uma representativa abordagem enquanto premissa a ser explorada nesta pesquisa, assumindo

nuances importantes para a discussão postada nos capítulos subsequentes deste livro.

Some-se a isso, por seu turno, a espacialização dos aspectos conceituais assinalados, quer dizer, Myrdal (1960) constata que o processo de causação circular e acumulativa se dá dentro de um contexto regional, cujo movimento supõe a ocorrência de tendências que se reforçam no sentido de ampliar o quadro de desenvolvimento ou subdesenvolvimento das diferentes especificidades de áreas passíveis de consideração.

Em acréscimo a tais nuances, Lipietz (1988) demonstra haver uma flagrante diferenciação espacial decorrente do sistema capitalista, onde porções regionais mais robustas economicamente absorvem mais-valia daquelas menos dinâmicas pela apropriação do capital referente ao produto da força de trabalho, pois o ritmo da atividade produtiva assimétrico propicia a retroalimentação do enfatizado processo de distinção espacial, sendo plausível estabelecer tal esforço de concordância com Myrdal (1960).

Adicionalmente a tais nuances, O'Connor (1977) constrói um modelo teórico bastante relevante na literatura, o qual faz o Estado capitalista presumir na consecução do orçamento público uma antítese na elaboração dos destinos dos recursos públicos, em que as políticas de acumulação predominam diante daquelas de legitimação, centralizando na análise do autor minúcias bastante caras a este estudo.

De forma mais explícita, o modelo antes mencionado prever para as políticas de acumulação capitalistas dedicações

orçamentárias em torno do capital social, acentuando gastos governamentais com investimentos sociais (infraestrutura beneficiadora das atividades produtivas) e o consumo social associado à redução no custo de produção da força de trabalho (dispêndios com saúde, educação, dentre outros). Já as despesas sociais (relacionadas com políticas de legitimação) apresentam sua importância na reprodução dos trabalhadores, perpassando por gastos com assistência social e repressão.

Afinal, O'Connor (1977) traduz na concepção de um modelo de análise, a rigor, o entendimento de que as classes são alocadas em seus interesses paradoxalmente, corroborando com traços dialéticos e materialistas históricos marxistas, cuja explicação converge às percepções de Gunnar Myrdal no sentido do alargamento tendencial acumulativo das inter-relações já enfatizadas neste capítulo, sistematizando uma faceta aqui apregoada.

Ressalte-se ainda evidenciar, via de regra, na condição de uma premissa suporte ao aspecto da causação circular e acumulativa, necessariamente, o princípio da demanda efetiva já salientado neste capítulo, pois esse aporte teórico suscita expansão ou redução econômica cíclica, havendo encadeamentos capazes de gerar, através de uma política econômica, o alcance de níveis melhores ou piores em termos de qualidade de vida por exemplo, conforme Andrade (1987) e Souza (2005).

De fato, na perspectiva pró-cíclica, observa-se a ocorrência de efeitos que se acumulam favoravelmente, quando se

ativa a demanda agregada mediante os investimentos privados, por exemplo, as repercussões positivas ganham força e acentuam maiores dinamismos espaciais, sistematizando pela demanda efetiva tal corolário exitoso e sublinhado no impulso econômico através do D1 e / ou D2, sendo essa substancial ascensão, nos termos de Kalecki (1987).

No contorno anticíclico, o que salta aos olhos corresponde a uma redução nos níveis da atividade produtiva, cujo destaque via queda nos investimentos ou consumo dos capitalistas, na leitura do autor supracitado, diz respeito ao processo de desaceleração econômica, a qual se reveste de crise quando os efeitos são bastante acentuados e por períodos mais longos, o fato é que a demanda em diminuição gera tal cenário desfavorável e, portanto, reforço acumulativo enquanto causação circular.

Após tais descrições das premissas teóricas, por seu turno, cabe tecer algumas explicitações sobre o método a ser adotado na pesquisa, aludindo a uma expectativa de melhor demonstrar as razões de semelhante escolha em detrimento de tantas outras, não sendo preocupação exprimir uma profunda discussão acerca do método e seus desdobramentos, quando muito, tão somente, destacar nuances a essa aceitação metodológica.

Resta ainda, todavia, mencionar um caráter procedimental central a este tipo de análise, ou seja, Marx (2003) oferta na consecução de seu método algumas características fundamentais, a saber: os aspectos indutivo-histórico e dedutivo-lógico, além do

elemento transformação, os quais se exprimem como bastante relevantes na essência da interpretação via dialética, não sendo diferente com as pretensões repousantes no atual estudo.

Nessas circunstâncias, o autor antes mencionado fornece um aporte representativo ao exame aqui desenvolvido, quer dizer, as transformações históricas observadas no processo de evolução das sociedades, a rigor, permitem admitir, guardadas as devidas proporções, que a economia capitalista reúne momentos pró-cíclicos ou não, mostrando eventuais transformações ao longo do tempo, mesmo não se tornando permanente, no entanto, esta aceitação ocorre devido ao contexto de mudanças evidenciadas no transcurso do tempo.

Acrescente-se, entretanto, que após a II guerra mundial e, principalmente posterior ao início e aprofundamento do fenômeno da globalização, casos particulares de crise econômica, a exemplo do México, Sudeste asiático, Rússia e Japão no último decênio do século XX, na leitura de Carneiro (2002), ocasionam choques sistêmicos e que vêm modificando relações internacionais, permitindo assumir os corolários metodológicos de Marx (2003), ao menos de forma adaptativa.

Os traços até então recuperados, sem sombra de dúvida, trazem inúmeros elementos para uma interessante reflexão guindada do capítulo em curso, isto é, a associação conceitual do princípio da causação circular e acumulativa, a ideia de demanda

efetiva e o método dialético e materialista histórico de Marx¹⁵, especialmente, suscitam evidentes articulações prementes ao desenvolvimento do estudo aqui demarcado e que é pertinente tecer alguns comentários esclarecedores.

Ressalte-se, particularmente, em primeiro lugar que a economia capitalista circunscreve tendências acumulativas de aumento nas discrepâncias entre classes sociais, pois tais diferenças não assumem corolários simplesmente econômicos e sim reverberam aos terrenos políticos e sociais, assinalando assimetrias significativas nas esferas mencionadas, reforçando o distanciamento material historicamente determinado na antítese classista.

De fato, a dialética enquanto método de análise, necessariamente, sustenta em essência um paradoxo contundente, haja vista, especificamente, a ocorrência de diferenças entre as classes capazes de mostrar repercussões políticas e sociais advindas do campo econômico, quer dizer, as condições materiais devem moldar a chamada infraestrutura e superestrutura em terminologias marxistas.

É importante enfatizar, a rigor, que infraestrutura significa a denominada base material da sociedade (relações de produção) e a superestrutura diz respeito ao aspecto institucional, cuja preocupação fundamental perpassa pela tentativa de perceber

¹⁵Dialética entendida como afirmação, negação e negação da negação em Marx; materialismo histórico diz respeito às condições materiais desenvolvidas ao longo do tempo, cuja luta de classes expressa tal dinâmica. Para maiores detalhes consultar Silva (2017).

quão o parâmetro material pode influenciar nas supracitadas dimensões da sociedade capitalista em específico.

A articulação precedente, na verdade, admite que o contorno material gera influências decisivas sobre o aspecto institucional, por exemplo, uma economia em situação de prosperidade permite ao Governo dentro do aparelho estatal administrar, com certa habilidade, as tendências políticas presentes no legislativo, partindo do binômio analítico decorrente de Poulantzas (1980) e Offe (1984).

De maneira mais clara, especialmente, tempos prósperos viabilizam ao gestor governamental apresentar diálogos com o parlamento em termos de negociação para a conquista de votos, onde o atendimento aos representantes constantes no legislativo é através das chamadas emendas parlamentares capazes de atender demandas de grupos de interesses e pressão, a partir dos subsídios de Schumpeter (1961) e Borsani (2004).

Assim, tal articulação política se dá, contundentemente em um contexto economicamente favorável, cuja marca incontestável perpassa pela causalidade proveniente das condições materiais repercutindo nos meandros institucionais, notadamente, essa escolha argumentativa vai de encontro às leituras institucionalistas de North (2001), Azevedo e Shikita (2004), Peres (2007), Felipe (2008) e Galpolo et al. (2008), cujos autores são defensores de uma percepção na qual as instituições reverberam no campo econômico com notável vigor.

Além desses apontamentos teóricos, a compreensão conceitual weberiana trazida no estudo de Castelo Branco (2016), especificamente, é contestada na medida que o significado das coisas ocorridas em sociedade e, provavelmente, passíveis de implicarem no terreno econômico não se sustentam para o entendimento desta pesquisa. Dito de outro modo, o sistema de significados e / ou proveniência institucional manifesto nas leis não abarcam o que se descreve como a seguinte relação causal: condições materiais refletem na superestrutura em termos marxistas.

De maneira mais específica, a forma de entendimento de Weber (2013) denota haver o conceito do acaso consistente com mudanças na trajetória histórica capaz de alterar as relações sociais¹⁶, ou seja, as modificações na sociedade partem de situações marcadas por representativas assimetrias historicamente observadas, a exemplo da sociedade tradicional feudal sucedida pela capitalista moderna, ambas associadas ao modelo religioso ressoante a cada período.

Assim, o método marxista centraliza considerações no terreno da evolução histórica pautada na permanente luta de classes nas diferentes formações do tecido social, conservando uma lógica de diferenciação para além das mudanças nas sociedades, conformando na flagrante distinção metodológica dos

¹⁶Representa uma relação de reciprocidade diante de um contexto de significados socialmente aceito.

modelos marxista e weberiano, sendo o primeiro mais compatível a esta reflexão devido a estrutura analítica aqui selecionada.

Portanto, o até então exposto denota haver uma clara marca paradoxal advinda da dialética, sendo relevante assinalar que o princípio da causação circular e acumulativa encontra certa congruência com o método aqui considerado, notadamente na perspectiva das condições materiais que historicamente devem ser modificadas, aprofundando a assimetria das classes e, conseqüentemente, os próprios traços institucionais e significados em termos de relações sociais.

Após semelhantes nuances, em segundo lugar, é preponderante tecer alguns apontamentos do princípio da demanda efetiva no plano do método dialético e materialista histórico, alcançando, neste particular, o término deste capítulo. De fato, Keynes (1985) lança as bases de uma compreensão de economia capaz de acentuar que os gastos esperados produzem efeitos bastante importantes na dinâmica econômica.

Nessas circunstâncias, a realização de gastos, via consumo ou investimentos, e na perspectiva pública ou privada, categoricamente, acionam a economia no sentido de elevar a dinamicidade através da melhoria nas expectativas dos agentes econômicos, geralmente ampliando níveis de produção, emprego e renda pessoal disponível pelo incremento salarial, atingindo o aumento no consumo agregadamente, replicando tal movimento virtuoso com intensidade cada vez menor ao impacto inicial até

que seja nulo o efeito, a partir do multiplicador keynesiano (já mencionado anteriormente no trabalho).

Possas (2001) e Serrano (2001), a rigor, sublinham que a economia capitalista, em concordância com Keynes (1985) e Kalecki (1987), deve ser ativada através da liderança da demanda que gera sinais plausíveis aos capitalistas no sentido do incremento dos investimentos, ampliando, por seu turno, os níveis de emprego e renda para propiciar elevação no consumo de bens e serviços, sendo possível acrescentar demanda pelos ativos financeiros consequentemente (conforme já explicitado neste capítulo).

A prerrogativa prévia, na verdade, denota perceber que uma economia próspera indica melhorias nas expectativas dos agentes privados, os quais além do incremento na demanda pelos bens tangíveis, provavelmente, acrescentam procura por ativos financeiros capazes de fornecer maiores e mais rápidas possibilidades de rentabilidade (além da maior liquidez), conforme a hipótese da instabilidade financeira de Minsky (1986).

Uma restante sinalização, via de regra, corresponde à compatibilização entre o princípio da demanda efetiva mencionado e a leitura de política econômica e social de Brunhoff (1985), cuja autora acentua ser política econômica aquela na qual a moeda produz efeitos plausíveis sobre as relações econômicas através da alteração nas taxas de juros (política monetária expansionista), reverberando no volume de crédito capaz de se converter em investimentos e / ou consumo e vice-versa.

Some-se a isso, por sua vez, aspectos ligados às políticas sociais que se revestem de caráter essencialmente manifesto na geração de emprego e renda, isto é, maiores preocupações em produzir mais oportunidades de trabalho e / ou assegurar uma renda mínima por exemplo, particularmente, sublinham condições mediante políticas ativistas no sentido de haver repercussões sobre a oferta, demonstrando a enfatizada compatibilidade teórica.

Com quanto, os traços de causação circular e acumulativa e demanda efetiva, combinadamente, encontram certa consistência diante do método dialético e materialista histórico marxista, produzindo uma compreensão importante para subsidiar as leituras subsequentes presentes neste livro, assinalando mais adequados elementos devidamente discutidos na perspectiva central constante na pesquisa, cujo capítulo seguinte deve explicitar em maiores detalhes o papel do Estado capitalista.

O PAPEL DO ESTADO
CAPITALISTA: IMPORTÂNCIA
ECONÔMICA E POLÍTICA NA
LEITURA DE GUNNAR MYRDAL

3. O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA: IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E POLÍTICA NA LEITURA DE GUNNAR MYRDAL

Ao iniciar este capítulo, sem dúvida, almeja-se realizar uma série de comentários acerca do papel do Estado capitalista, onde a participação desse traduz um representativo impacto no campo político e, especialmente econômico, admitindo nuances capazes de ressaltar relações estabelecidas e dignas de recuperação, cujas eventuais constatações teóricas trazem repercussões não desprezíveis para a análise aqui empreendida.

Nos países mais ricos, por outro lado, o progresso econômico e os níveis ascendentes de renda oferecem oportunidades para todos e, portanto, dão mais força aos ideais de generosidade consciente, Quando se desfruta uma vida mais confortável e se tem maior segurança, há mais disposição para renunciar privilégios, a desprezar proibições discriminatórias e a suportar o preço de sacrifícios comuns. (MYRDAL, 1960, p. 58).

A colocação anterior, particularmente, é emblemática enquanto papel do Estado e sua presença diferenciada em torno dos países mais ricos ou pobres, respectivamente, quando há um padrão de desenvolvimento significativo ocorre, igualmente, menores impopularidades na administração das políticas econômicas, ao passo que em um subdesenvolvido, os apelos

sociais se fortalecem na medida em que os direitos conquistados socialmente são ameaçados, conforme subsídios de Soares (1995) e Fagnani (2005).

Assim, Myrdal (1960) atribui uma explicação bastante pertinente ao quadro de desigualdade internacional, ou seja, o princípio da causação circular e acumulativa oferta como tendência, a rigor, o fato das forças favoráveis impulsionadoras (propulsoras) em países ricos serem mais intensas e, simetricamente, menos pronunciadas na periferia econômica mundial, na leitura colaborativa de Prebisch (2000), uma vez que essa reforça contornos desfavoráveis (forças regressivas).

Nesse sentido, a ideia da causação circular e acumulativa produz um acentuado desenho de constância entre áreas globais desenvolvidas e subdesenvolvidas, não havendo, todavia, tendências quanto à eliminação do enfatizado processo e sim uma continuidade deste desequilíbrio internacional, cujo Estado capitalista apenas vai salientar sua convergência no sentido do fortalecimento do desenvolvimento ou subdesenvolvimento mundialmente.

Tal explicitação, no entanto, carece de um conjunto de esclarecimentos teóricos, os quais, inicialmente, partem da comprovação formal do abandono do princípio do equilíbrio estável suscitado neste trabalho por Hicks (1988), na verdade, as considerações de Myrdal (1960) parecem ser revestidas de mais contundência, ao menos para os propósitos sublinhados na atual investigação, cujos elementos diferenciadores de classe e o

desajuste global em torno da movimentação dos capitais financeiros, nas leituras de Keynes (1985), Minsky (1986), Soares (1995) e Salvador (2008) devem permear, pelo menos parcialmente esta análise.

Saliente-se, entretanto, o fato de que o cenário distinto antes mencionado e ratificado pela causação circular e acumulativa, via de regra, demonstra um par de características relevantes e passíveis de ressalva, a saber: em primeiro lugar, as condições materiais¹⁷ de um país denotam a existência ou não de fortes possibilidades de conflito entre classes, isto é, maiores possibilidades materiais menores tendências aos embates socialmente.

Em segundo lugar, Silva (2017) acentua haver dificuldades representativas no denominado ajuste fiscal¹⁸, quer dizer, nos momentos de crise econômica (a atualidade no Brasil) ocorrem desafios pronunciados para que se apliquem políticas mais austeras, claramente, a razão decorre da mais reduzida quantidade de condições materiais, ou em outras palavras, o baixo padrão de desenvolvimento social e econômico acarreta uma elevação nos conflitos classistas.

Some-se a isso, a rigor, um aspecto pertinente envolto dos países tidos como ricos, ou seja, esses assumem o corolário

¹⁷Significa padrão de renda na média da população, pelo menos ao juízo desta reflexão.

¹⁸Corresponde a uma terminologia ligada a um comportamento fiscal não deficitário crescente, ou seja, controlado, preferencialmente superavitário do ponto de vista do saldo fiscal primário.

social de Estado do bem-estar, onde a importância intervencionista estatal ganha ares bastante robustos no sentido de produzir condições ao fortalecimento do capital, em outros termos, o chamado liberalismo econômico no pós-guerra perde pujança e o *welfare state* ganha uma posição de destaque, sendo uma possibilidade não desprezível das consequências causais circulares e acumulativas já assinaladas no estudo, de acordo com apontamentos de Myrdal (1960), Afonso (2003) e Condé (2004).

Os autores supracitados, conjuntamente com Carneiro (2002), possibilitam asseverar que a economia mundial, notadamente a partir do final da II Guerra de proporções globais entre em rota de desenvolvimento bastante representativa, cujo acréscimo nos padrões tecnológicos, aceleração no crescimento das economias mundo a fora, oferta significativa na quantia de capitais financeiros internacionalmente e a consequente prática de taxas de juros mais convidativas globalmente, dentre outros, a bem da verdade, esses eventos descrevem os chamados anos gloriosos sustentados pelo *welfare state*, os quais reforçam o hiato entre países próprio da economia capitalista.

Os apontamentos anteriores, por seu turno, indicam algumas nuances teóricas de relevo a este trabalho, ou seja, nota-se que o Estado exerce seu papel quando através da explicação via causalidade circular esse reforça a tendência de desequilíbrio, tanto robustecendo as condições mais favoráveis como aquelas menos pertinentes, em termos de área global ou classe social, firmando tal desenho pelos interesses.

Entretanto, embora o conceito de interesse tivesse ficado algo atascado no seu domínio de origem (o príncipe ou o estado), prosperou de forma notável quando foi aplicado a grupos ou indivíduos dentro do estado. Aqui descobriu-se que a mistura de egoísmo e racionalidade, que evoluera como a quintessência do comportamento motivado por interesse nas discussões em torno da arte de governar, era uma categoria particularmente útil e cheia de possibilidades. (HIRSCHMAN, 1979, p. 30).

Antes, porém, cabe salientar que o interesse¹⁹ é uma característica fundamental ao entendimento do Estado capitalista, quer dizer, dentro da própria instância estatal há diferenças pronunciadas quanto aos interesses de grupos ou regiões (convenientemente observado em um país de características político-administrativas federativas, a exemplo do Brasil), sendo um fator digno de consideração, haja vista, flagrantemente, a ocorrência de diversos conceitos passíveis do estabelecimento de relações entre as evidências supracitadas e tais aportes.

Assim, Offe (1984), por sua vez, assinala que se admitir o conceito de partidos competitivos (de forma adaptativa), esse traz contornos permeados pelas diferentes tendências, cujo destaque perpassa por orientações ideológicas significativamente distintas, demonstrando a ocorrência dos vários grupos presentes no interior do aparelho de Estado. O último elemento corresponde à

¹⁹Compreensão a partir de Hirschman (1979) para este estudo.

identificação de Poulantzas (1980), o qual propõe coexistir partes dentro do Estado, a exemplo do executivo (governo), judiciário, legislativo (locos das disputas entre os partidos), dentre outros (aspecto já enfatizado neste livro).

Esclarecendo-se, convenientemente, a ideia de partido competitivo corresponde a uma tentativa de esmiuçar grupos com interesses distintos expressos no parlamento de qualquer país com regime político representativo, onde as frações do capital e os próprios trabalhadores se fazem presentes no chamado locos de disputas, havendo, flagrantemente, uma convergência conceitual diante da realidade, sendo indispensável reconhecer diferenças enquanto ideologias partidárias bem definidas, não se aplicando para o caso de analisar o Brasil tão significativamente pelo menos.

A compreensão de ideologia anteriormente postada, a rigor, requer admitir que os grupos atuais, especialmente no Brasil, não possuem um corpo doutrinário mais enfático, havendo coalizões políticas sempre que pertinente, contundentemente em tempos eleitorais, esmiuçando traços de uma não identidade de ideais adequadamente definidos, conformando uma aproximação com o conceito de partidos competitivos de Offe (1984) e não admitido na integralidade do mesmo, já tendo havido tal abordagem conceitual neste livro²⁰.

O autor supracitado, por sua vez, sustenta ocorrer o conceito de seletividade estrutural, em que as políticas formuladas

²⁰Grifos próprios do autor.

na perspectiva estatal repousam favoravelmente ou opostamente ao capital; já no tocante à análise do chamado aparelho de Estado, nos termos de Poulantzas (1980), o que procede perpassa pela possibilidade de interesses difusos dentro da própria classe dominante, cuja orquestração da multiplicidade de interesses demanda articulações capazes de romper com ideologias bem definidas partidariamente, gerando maiorias eventuais parlamentarmente e enveredando por diferentes órgãos do aparelho estatal.

Saliente-se, todavia, que a seletividade estrutural também deve ser melhor assinalada, pois as políticas não se relacionam apenas em favor ou contrárias ao capital, isto é, dentro da própria classe dominante há indícios cristalinos de medidas governamentais beneficiadoras de uma fração capitalista em detrimento de outra, mostrando uma transformação conceitual traduzida na maneira de aplicação interpretativa da seletividade estrutural²¹.

As considerações de Hirschman (1979), particularmente em torno dos interesses de grupos, ganham uma maior robustez decorrente dos elementos teóricos da autonomia relativa e do bloco no poder desenvolvidos por Poulantzas (1977), cujo primeiro diz respeito ao Estado que apresenta uma autonomia relativa diante das classes, apesar da inclinação tendencial aos membros da classe dominante, conforme esboço empírico de Silva

²¹Grifos próprios do autor.

(2019), reservando ao entendimento de bloco no poder a parcela (fração) do capital no momentâneo exercício do poder.

Com quanto, Hirschman (1979) propõe a ideia de interesse, sendo que esse tende a repousar na autonomia relativa na medida que o Estado possui alguma capacidade de formular políticas públicas, em outras palavras, mesmo inclinado ao capital, a via estatal deve fornecer resquícios de beneficiamento à força de trabalho, procurando acomodar diversos interesses distintos e evitando eventuais conflitos sociais politicamente, com base em apontamentos de Myrdal (1997).

Some-se a isso, entretanto, o fato do bloco no poder significar, particularmente, a parcela do capital no exercício do poder naquele dado momento, ou seja, tal conceito esmiúça elementos capazes de apresentar atendimento de demandas por parte do Governo mediante os grupos mais próximos da fração capitalista exercendo o poder, daí a compatibilização teórica entre Poulantzas (1977) e Hirschman (1979).

Seguindo esse raciocínio, Myrdal (1997) realiza uma contundente crítica teórica frente aos aportes entendidos como normativos, os quais tentam demonstrar, ainda que sem sucesso na interpretação do autor mencionado, a existência de uma harmonia econômica tendencial, isto é, significa o retorno ao princípio do equilíbrio estável e que está discutido em maiores detalhes no capítulo anterior deste livro.

Entretanto, a interpretação precedente parte da compreensão da ocorrência do conflito expresso, na verdade, no

choque de interesses repousantes nos diferentes grupos políticos, econômicos e sociais, revelando flagrantes possibilidades de convergência do autor supracitado com explicitações de Hirschman (1979), Poulantzas (1980) e Offe (1984), estabelecendo um relacionamento preponderante a ser perseguido na investigação.

De fato, inicialmente, torna-se pertinente recuperar determinados apontamentos ideológicos expressos nas referências prévias, quer dizer, os autores enfatizados mostram, categoricamente, que há uma clara impossibilidade teórica ao alcance do equilíbrio econômico e sim o reforço ao desequilíbrio, cuja evidência teórica Myrdal (1960) traduz com autoridade no sentido da congruência ou harmonia decorrer de formalismos descaracterizados de maiores propensões empíricas.

Todavia, a causação circular e acumulativa é esse fator explicativo pujante para produzir tal desvendamento conceitual, ou seja, partindo do campo meramente teórico e metodológico, os resultados aqui admitidos denotam pouca relevância do princípio do equilíbrio, o qual reúne seus desdobramentos enquanto aportes ligados à lei de Say e demanda efetiva em uma mesma trajetória analítica, sendo plausível tomar a demanda efetiva na perspectiva da política econômica discutida no capítulo subsequente.

Assim, a ideia dos interesses de grupos geram, do ponto de vista das considerações aqui admitidas, uma convergência entre a compreensão de Hirschman (1979) e Myrdal (1997), onde o último permite estabelecer uma forma de enxergar a economia

capitalista, particularmente em torno do Estado, como uma arena de embates sucessivos repousantes nos interesses peculiares, geralmente representados pelos atores políticos que manifestam classes ou expressões sociais, a exemplo dos ruralistas, empresários do setor industrial, parcelas vinculadas ao capital financeiro e bancário, dentre outros.

Com isso não quero afirmar a existência de elementos lógicos de conflito entre os dois ideais, de integração nacional e internacional. Pessoalmente, estou mais convencido que nunca, de que, pelo contrário, o progresso econômico e a integração nacional só podem alcançar o mais alto nível possível num mundo bem integrado; mas, num mundo gravemente desintegrado em que vivemos, há uma falta evidente de equilíbrio institucional que atua poderosamente contra as soluções internacionais que viriam a satisfazer os anseios dos povos pelo progresso econômico, pela igualdade e pela segurança. (MYRDAL, 1967, p. 63).

O autor supracitado, na verdade, acrescenta a esta discussão um fator fundamental para compreender o papel do Estado capitalista, a saber: o aspecto do nacionalismo econômico. O significado de suas considerações e, portanto, a vinculação aqui suscitada, sem dúvida, perpassa pelo entendimento de que as nuances diferenciadoras de classe são corolários relevantes, entretanto, insuficientes para amalgamar os contornos constantes na análise do objeto apontado na atual pesquisa.

De fato, uma das prerrogativas mais importantes sustentadas na teoria econômica, flagrantemente enquanto interpretação ortodoxa, decorre da livre mobilidade dos fatores de produção (capital e trabalho) e os bens e serviços, cujos traços sinalizam haver ajustes automáticos orientados pelo sistema de preços, conforme anunciado por Hicks (1988) anteriormente neste estudo, todavia, tais aspectos não desenham maiores trajetórias realistas.

Nessas circunstâncias, Myrdal (1967) demonstra que a economia mundial é desintegrada internacionalmente, onde há cristalinas nuances capazes de bifurcar países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, cuja ênfase denota tal alargamento via aprofundamento das diferenças entre áreas globais, pois capital e trabalho mais produtivos não migram meramente pelos ajustes no sistema de preços, mas do ponto de vista político, especificamente mediante os traços institucionais²².

De maneira clara, quando se reportam ao contexto global em termos econômicos, as chamadas políticas protecionistas entram em cena para garantir a hegemonia do país diante dos demais, na leitura de Gramsci destacado por Carnoy (1988), cuja preocupação é admitir haver elementos destoantes da economia normativa já enfatizados no estudo de Myrdal (1997), amparando teoricamente as explicitações aqui abordadas.

²²Significa que o movimento de fatores de produção internacionalmente se deve aos códigos normativos e acordos multilaterais, a exemplo da Zona do Euro.

Com efeito, o papel do Estado ganha ares de maior contundência em um mundo tão assimétrico, no qual a aparência no discurso harmônico não passa de palavras bem ordenadas, sendo descaracterizadas pela necessidade de afirmação no cenário internacional, principalmente nos momentos de crise econômica, onde os acordos multilaterais perdem função devido ao protagonismo nacionalista da área central da economia global.

Um exemplo retumbante, a rigor, trata da União Europeia que faz uso de uma moeda única, onde a liberdade institucional quanto à movimentação dos fatores de produção se apresenta como adequada. No entanto, o Banco Central Europeu (BCE) exerce sua função de gestor da política monetária, via de regra, em favor dos interesses do bloco integralmente, porém, os conflitantes interesses em torno dos países membros manejam a política mediante as demandas daquelas áreas globais mais ricas, conforme subsídios dos modelos de comércio internacional apontados por Krugman e Obstfeld (2005).

Nesse sentido, Hirschman (1979) e Myrdal (1997), do ponto de vista de possíveis convergências teóricas, permitem admitir que o desenho prévio remonta a ocorrência da desintegração internacional em favor da integração nacional devido a existência do conflito de interesses dos grupos presentes nos países tidos como desenvolvidos, cujo traço espelha a contínua acumulação circular enquanto causação do desequilíbrio da economia capitalista internacionalmente.

Alcança-se, a rigor, uma compreensão na qual não há tendências ao equilíbrio eficiente de Pareto no terreno meramente econômico, cuja decorrência dos fatores políticos firmados na presença do Estado enquanto locos de disputas, conseqüentemente, repercute nas mudanças de ambiente, tanto em termos produtivos como financeiros, significando a parte derradeira desta exposição enquanto o papel do Estado no capítulo aqui descrito.

Após essas elucubrações teóricas, faz-se necessário tecer alguns indispensáveis comentários sobre a presença estatal no campo econômico, afetando, tendencialmente, o ambiente permeado pelas chamadas incertezas próprias do sistema capitalista, cuja instabilidade financeira é um exemplo bastante plausível para sustentar os argumentos aqui desenhados.

Com quanto, a economia capitalista reserva uma característica cíclica, ou seja, partindo de um momento próspero, os agentes econômicos se sentem mais motivados quanto à realização de transações com fins lucrativos, dentre as quais se enquadram aquisição de ativos financeiros e / ou produtivos, cuja escolha decorre da denominada eficiência marginal do capital, de acordo com a descrição de Silva et al. (2013).

Nessas circunstâncias, a opção por ativos financeiros ou produtivos ocorre quando a expectativa de lucro é favorável, isto é, no caso do retorno esperado da taxa de lucro superar a remuneração ofertada pelos juros da economia se tende a investir em ativos produtivos, do contrário os agentes procuram aplicar no

mercado financeiro adquirindo títulos, a partir do prisma da eficiência marginal do capital.

Assim, o significado de bloco no poder ilustra convenientemente o princípio precedente, quer dizer, o grupo investido de autoridade no dado instante em que se observe, a bem da verdade, tem a capacidade de definir o patamar das taxas básicas de juros via política monetária, cuja repercussão na economia parece ser bastante contundente, sendo objeto de discussão mais detalhada no capítulo seguinte.

Uma descrição mais minuciosa do argumento é relevante, ou seja, a autoridade monetária procedente do Governo administra a quantidade da base monetária²³ em circulação no sistema econômico, cuja dinâmica se dá pela modificação nas taxas básicas de juros de referência aos agentes, reservando às instituições bancárias e financeiras partirem do mencionado parâmetro para fixarem as múltiplas taxas correntes, cabendo ao bloco no poder reverberar as pretensões governamentais e, portanto, haver implicações sistêmicas.

De maneira específica, Offe (1984) demonstra o trio de elementos ligados à seletividade estrutural, ingovernabilidade e os partidos competitivos, em que ambos revelam possibilidades políticas de produzir assimetrias econômicas favoráveis a determinados grupos e outros não, cujo desenho denota flagrantes contornos capazes de enfatizar o papel do Estado enquanto

²³Essa significa ser a soma do papel moeda em poder do público e os depósitos a vista nos bancos comerciais, conforme mostra sinteticamente Silva (2017).

princípio da causação circular direcionado ao fortalecimento capitalista nas diferentes frações.

Acrescente-se, por seu turno, que se ocorre uma seleção estrutural de políticas repousantes sobre a economia, torna-se mais evidente o favorecimento aos membros da classe dominante, visto que, geralmente, o Estado produz políticas capazes de acarretar tendências à acumulação capitalista e sua reprodução ampliada, em detrimento às demandas dos trabalhadores, de acordo com apontamentos de Oliveira (1988).

Nesse sentido, tal movimento deve reforçar o contexto esmiuçado, gerando impulsos econômicos passíveis do fornecimento de alguns ganhos à força de trabalho, unicamente de modo residual, cuja comprovação teórica Kalecki (1987) possibilita obter, isto é, a dinâmica da economia capitalista requer incrementos nos Departamentos 1 e 2 prioritariamente, os quais aceleram o ambiente de crescimento e os membros do D 3 apenas captam resquícios desse progresso econômico eventual.

Ressalte-se, no entanto, que Myrdal (1960) ao sublinhar a ideia de causação circular e acumulativa, esse autor mostra haver o reforço do processo enquanto tendência, gerando pela seletividade estrutural de políticas favoráveis e desfavoráveis ao capital, o acréscimo no conjunto de medidas que ampliem a acumulação capitalista e possa até mesmo reduzir a denominada reprodução social (apesar da impossibilidade da eliminação dessa), a partir da enfatizada interação conceitual aqui evidenciada, a qual traz como

exemplo a perda de direitos sociais universais eventualmente, segundo subsídios de Fagnani (2005).

O significado prévio, por sua vez, tenta aproximar Myrdal (1960) e Offe (1984), revelando uma pertinência na qual se constata haver tendências, ao menos nesta perspectiva teórica, de que políticas selecionadas estruturalmente devem produzir, de modo acumulativo, beneficiamentos ao capital e um contexto implausível à força de trabalho, conformando elementos teóricos distintos na interpretação da realidade.

Some-se a tais pontos, sem dúvida, a ideia da ingovernabilidade na condição de um aporte capaz de amalgamar os interesses de grupos em torno do Governo, isto é, há outra compatibilização conceitual importante no sentido de demonstrar que no exercício do poder repousante no executivo, necessariamente, esse requer base de sustentação política para a realização, dentre outros aspectos, das políticas favoráveis em grande medida aos membros da classe dominante.

Dito melhor, os elementos teóricos descritos previamente demonstram haver canais de transmissão das repercussões classistas, ao menos tendencialmente, onde os grupos mais pujantes economicamente, por exemplo as frações do capital (no exercício momentâneo do poder) podem sistematizar mecanismos capazes de propiciar seleção estrutural de políticas beneficiadoras

de membros da classe dominante²⁴, explicando os movimentos econômicos mundo a fora.

Antes, porém, faz-se necessário considerar que o bloco no poder, nos termos de Poulantzas (1977), denota certo conjunto de influências passíveis do fornecimento garantidor dos favorecimentos aos grupos ligados a tais circunstâncias políticas, quer dizer, dentro do Estado capitalista a parcela do capital no exercício do poder tende a beneficiar as frações vinculadas, complementando as nuances percussoras da argumentação central deste capítulo.

Assim, a seletividade estrutural, ingovernabilidade, partidos competitivos e o bloco no poder, via de regra, expressam conceitos fundamentais para que se estabeleça uma relação com Myrdal (1960), notadamente em torno do papel estatal, onde a causalção circular e acumulativa encontra terreno fértil nos aportes previamente assinalados, de maneira que as condições econômicas ampliadoras das diferenças de classe perpassam pelo braço político no interior do Estado capitalista, o qual esconde em sua essência os interesses enfatizados por Hirschman (1979).

Com efeito, a retroalimentação da acumulação ampliada capitalista e a conseqüente diminuição da reprodução social da força de trabalho, em um sentido mais abrangente, ocorre quando as autoridades governamentais e as lideranças econômicas mundiais, especialmente expressas no centro da economia,

²⁴Síntese decorrente da articulação conceitual como procedimento próprio do autor deste livro.

particularmente, passam a vender um discurso permeado pela necessidade da regulação dos direitos sociais e conservação de cenários macroeconômicos menos instáveis financeiramente.

Minsky (1986) e Soares (1995), na verdade, mostram que as livres forças de mercado e, por conseguinte a elevada volatilidade dos capitais não produtivos, demonstram inclinações de sujeição dos países do mundo ao ritmo imposto pelo capital financeiro, cuja periferia é substancialmente mais afetada e suas populações, principalmente aquelas mais dependentes de políticas públicas, essas sofrem acentuadamente.

Portanto, a causação circular e acumulativa faz com que a descrição anterior alargue os apontamentos enfatizados, entretanto, torna-se pertinente ainda sublinhar os contornos da integração e desintegração econômicas e cenário financeiro internacional, os quais permitem destacar no mundo globalizado nuances diferenciadoras no tratamento entre países, onde desenvolvidos e subdesenvolvidos entram em rota de aprofundamento das desigualdades econômicas, políticas e sociais, com peculiaridades repousantes sobre o Estado e, conseqüentemente, modificando seu papel.

De fato, o aspecto econômico produz importantes compreensões sobre o campo das relações internacionais, na leitura de Myrdal (1967), em que há um contexto assimétrico capaz de bifurcar países ricos e pobres, cujo elemento que chama atenção corresponde à denominada economia nacionalista, a qual busca proteger o cenário doméstico das áreas do globo diante do

enfrentamento da competição mundial, do ponto de vista do comércio.

E é uma felicidade para os homens encontrarem-se numa situação em que, enquanto suas paixões lhes inspiram a ideia de ser maldosos, (méchants), têm eles, no entanto, interesse em não sê-lo. Esta é uma generalização verdadeiramente exagerada construída sobre a expectativa de que os interesses — isto é, o comércio e seus corolários, tais como a letra de câmbio — inibissem as paixões e as ações "maldosas" por elas induzidas, por parte do poder. (HIRSCHMAN, 1979, p. 66).

Tais apontamentos, via de regra, mostram que os interesses do centro econômico global, a partir de Prebisch (2000), decorrem da conservação dos privilégios conquistados pelas nações desenvolvidas em detrimento daquelas subdesenvolvidas, nos termos de Myrdal (1960), permitindo observar tendências a um aprofundamento substancial ao longo do tempo, cujo destaque procede do já exaustivamente discutido princípio da causação circular e acumulativa.

Assim, Hirschman (1979) descreve em seu trabalho, com base em algumas referências de Montesquieu, que os interesses preponderam frente às paixões dos agentes, onde o comércio na Europa ocidental não se desenvolve no período medieval graças a presença da Igreja inibidora da usura, deixando o caminho dessa cobrança de juros sem restrições aos judeus, os quais aumentam

seu volume de riqueza, sendo plausível extrair do enfatizado comentário como os interesses são introduzidos e se adéquam ao natural funcionamento da economia capitalista.

Com efeito, entende-se que o Estado capitalista desenvolvido, nas leituras de Myrdal (1960) e Poulantzas (1980), reproduz contornos bastante plausíveis ao fortalecimento do mercado no sentido de favorecer a chamada acumulação do capital, o qual se expressa em frações (financeira ou produtiva), denotando possibilidades tendenciais da vinculação Estado mercado na perspectiva da autonomia relativa.

De maneira mais clara, Poulantzas (1977), o qual assistido teoricamente e empiricamente por Silva (2019), oferta a interpretação de um Estado autônomo relativamente, onde seu papel decorre do traço garantidor dos benefícios aos membros da classe dominante, cuja adoção de medidas (políticas públicas) depende do bloco que se encontrar no poder naquele dado período, daí a relação entre o comportamento estatal e a dinâmica de mercado, compatibilizando com a ideia dos interesses e não paixões de Hirschman (1979)²⁵.

Claramente, o argumento prévio não reconhece a via estatal como uma mera reprodução dos interesses da classe dominante (Estado instrumento), na verdade, essa é favorecida enquanto capital em termos gerais e, particularmente, as frações são beneficiadas assimetricamente ao longo do tempo, reservando

²⁵Grifos próprios do autor com base na síntese teórica aqui considerada.

à força de trabalho a recepção de parcelas diminutas do produto das políticas públicas procedentes deste Estado capitalista autonomamente relativo.

Com quanto, o contexto internacional se apropria dessas conexões teóricas, isto é, a economia capitalista prever flagrantes desintegrações mundo a fora, quer dizer, a elevada volatilidade financeira e a distinção de credibilidade dos vários países internacionalmente mostram tal desenho, em outras palavras, as constantes mudanças de área global pelos capitais financeiros em busca de maiores rentabilidades evidenciam a desintegração.

Myrdal (1960), em comunhão com Minsky (1986), permite aferir que a instabilidade financeira e a conseqüente movimentação dos capitais para ampliarem seus ganhos, na verdade, esses apontamentos explicam o quadro de forte vinculação do Estado capitalista e as tendências mais destacadas do mercado, enfatizando um papel estatal contundentemente propenso no auxílio à acumulação capitalista.

Keynes (1985), por sua vez, possibilita admitir que o sistema econômico, nacionalmente, carece de determinados cuidados no sentido de inibir as instabilidades financeiras já salientadas, isto é, para que se reduzam tais turbulências eventuais é importante haver o chamado controle de capitais financeiros, cuja razão perpassa pela tentativa de minorar possíveis desequilíbrios em Balanço de Pagamentos (BP).

De maneira mais específica, o BP corresponde ao somatório das transações realizadas pelos agentes econômicos

residentes e não residentes em um dado país, estabelecendo relações de compra e venda de bens e / ou serviços²⁶, além da denominada conta de capitais autônomos²⁷, sistematizando a participação internacional de uma nação na economia mundial e, conseqüentemente, caso tal interação externa seja desequilibrada há tendências de instabilidades financeiras bastante pronunciadas, conforme descrição de Silva (2017).

Com quanto, o corolário prévio, via de regra, requer uma presença estatal de características intervencionistas, ou seja, o papel do Estado adquire novos traços, os quais se firmam na institucionalização econômica arbitrada pelo Governo, em outras palavras, o mercado enquanto locus abstrato de interação privado, tanto produtivo como financeiro, exige normas orientadoras capazes de diminuir possibilidades de instabilidade desorganizadoras da economia.

Nesse sentido, Azevedo e Shikita (2004), Peres (2007), Felipe (2008) e Galpolo et al. (2008), a rigor, enfatizam que as instituições (regras) revelam nuances relevantes para que se minimizem possíveis turbulências econômicas, quer dizer, as instabilidades antes mencionadas e passíveis de acentuarem as assimetrias internacionais, na verdade, retratam tendências reducionistas das incertezas e custos de transação agravantes do explicitado processo.

²⁶Respectivamente ligados à Balança Comercial e Balança de Serviços.

²⁷Corresponde aos capitais financeiros que se movimentam entre os países mediante taxas de juros mais convidativas (elevadas) e, portanto, com maior atratividade aos agentes privados (investidores).

Os autores supracitados, sem dúvida, remontam a consideração em que a economia capitalista é susceptível aos choques sistêmicos, onde eventos internacionais e, conseqüentemente capazes de gerar uma desintegração global, por seu turno, necessitam de um Estado que estabeleça regulamentos limitadores das ações do mercado, enfatizando outra forma de expressão estatal distinta daquela asseverada por Myrdal (1960).

Claramente, as incertezas e custos de transação, respectivamente, significando incertezas quanto ao comportamento futuro da economia e os ônus ligados às interações dos agentes no terreno da negociação e coordenação das relações estabelecidas, sem dúvida, refletem entraves ao chamado equilíbrio eficiente, demandando as instituições ao alcance de tal harmonia social e econômica e, portanto, reafirmando o princípio do equilíbrio enquanto premissa fundamental.

Assim, o obsoleto embate Estado interventor vis-à-vis mínimo, na verdade, penetra no campo mais aprofundado no sentido da percepção da essencialidade estatal, no entanto, tal atribuição repousa na perspectiva da prática de políticas mais ativistas ou no processo de normatização, asseverando uma roupagem distinta entre ambas as maneiras procedimentais em termos de presença do Estado na economia, viabilizando um comentário relevante neste capítulo.

De fato, o corolário de uma tendencial sustentação das partes mais destacadas do mercado, ou mesmo na formulação de

políticas voltadas ao beneficiamento do capital, repousantes pelos conceitos de seletividade estrutural, bloco no poder e autonomia relativa, a rigor, qualquer ênfase teórica não desmistifica ou descaracteriza a vinculação tão robusta estatal no fortalecimento mercantil, mesmo havendo leituras diferentes do papel que o Estado exerce no sistema capitalista.

Isso posto, Myrdal (1960) fornece a comprovação cabal, pelo menos ao juízo das considerações grafadas neste estudo, de que a causação circular e acumulativa permite vislumbrar que há de fato tendências ao desequilíbrio e não a harmonia, estabelecimento de relações passíveis de conflitos interclassistas e no interior dessas especialmente, as quais manietadas pelos interesses, além da desintegração econômica em escala mundial, conformando nuances mais precisas do papel e natureza estatal no contexto aqui apontado.

Acrescente-se, entretanto, que independentemente do bloco no poder, o relevante é observar flagrantes inclinações do Estado repousantes sobre o capital, quer dizer, no âmbito produtivo (políticas produtivas), na leitura de Offe (1975), ocorre práticas de subsídios de impostos, fornecimento de crédito mais reduzido, garantias de infraestrutura, dentre outros, cuja propensão gira em torno do aumento e sustentação das margens de lucro capitalistas.

Já no campo financeiro, peculiarmente, a preocupação quanto à credibilidade das ações governamentais, menos pronunciados conflitos políticos, austeridade fiscal, legislação clara

e efetiva, judiciário garantidor dos direitos do capital diante de embates com a força de trabalho, bem como a flexibilidade das leis trabalhistas e diminutos direitos sociais, a rigor, descrevem alguns pontos importantes desse papel estatal tão mencionado nestas páginas²⁸.

O comentário antes anunciado, sem dúvida, traduz condicionantes capitalistas indispensáveis, seja integralmente ou pelo menos parcialmente, do ponto de vista das minúcias mais retumbantes nos países economicamente periféricos, cuja particularidade decorre da conservação de um ambiente financeiramente estável ou a convivência com incertezas e custos de transação bastante acentuados, assumindo o caráter de independência se o Estado é interventor ou regulador, convergindo às considerações de Myrdal (1960; 1967).

Ressalte-se, do ponto de vista da teoria política, dentre tantas outras, a percepção de Schumpeter (1961), o qual se debruça sobre a democracia enquanto aspecto crucial para os diferentes países do mundo, sendo tal prerrogativa essencial no sentido de compreender o posicionamento do Estado e sua estrutura político-institucional, deflagrando algumas nuances passíveis de aceitação na reflexão aqui adotada.

Assim, é factível assumir do enfatizado arcabouço teórico, no âmbito de inúmeros apontamentos, a questão do Governo constituído pela escolha dos agentes individualmente e,

²⁸Grifos próprios do autor a partir dos aspectos aqui evidenciados.

de forma livre, através do voto, cuja evidência denota haver a ascensão de representantes no parlamento e, conseqüentemente na própria instância governamental, assinalando contornos caros ao sistema capitalista.

De maneira mais específica, Schumpeter (1961) assevera que no plano democrático ocorre a subordinação da maioria às orientações dos grupos constantes no topo do poder, dito melhor, as parcelas do capital tendem a orquestrar as maiorias ao seu próprio interesse, sendo tal corolário o aspecto de mais significação a este esforço de pesquisa e capaz de respaldar, pelo menos parcialmente, o papel do Estado capitalista.

Nesse sentido, as frações do capital no exercício do poder, a partir do conceito de bloco no poder, claramente, permitem ressaltar nuances nas quais a classe dominante pode articular acordos políticos e conservar a permanência dessa na direção do Governo e / ou estabelecer supremacia em nível de parlamento, acentuando no contexto democrático um caráter de convergência do Estado para beneficiar os grupos envolvidos enquanto fração do capital na esfera governamental.

De fato, a hipótese da causação circular e acumulativa se reverbera na ampliação das diferenças das classes sociais, tomando como referência o voto nas condições firmadas pelo modelo teórico de democracia de Schumpeter (1961), tangenciando alguns pontos de aproximação dessas expressões teóricas, conformando na articulação aqui sublinhada o denominado papel do Estado em diálogo com Gunnar Myrdal e diferentes tendências conceituais.

Afinal de contas, os elementos conceituais em articulação aqui suscitados, especialmente, sustentam pontos difusos pela literatura, incluindo tendências bastante assimétricas, cuja pretensão é explicitar que o Estado capitalista no desempenho das atribuições perpassa pela instância de representativa importância na repercussão sobre a economia e sociedade, encerrando aspectos políticos e ideológicos na essência de tal perspectiva, manifestando esse corolário na ideia de política econômica a ser discutida em detalhes no capítulo seguinte do estudo.

POLÍTICA ECONÔMICA:
ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS EM
DIÁLOGO COM GUNNAR MYRDAL

4. POLÍTICA ECONÔMICA: ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS EM DIÁLOGO COM GUNNAR MYRDAL

Este capítulo, a bem da verdade, pretende realizar uma discussão teórica acerca do conceito de política econômica, onde se almeja por em contato alguns comentários desenvolvidos na análise de Gunnar Myrdal perante um conjunto de interpretações difundidas na literatura, cuja preocupação é evidenciar tal debate e encontrar vinculações na perspectiva política e ideológica, constituindo as expectativas presentes nestas páginas.

Sinto-me, porém, obrigado a advertir que uma política econômica não se torna racional simplesmente porque apele para sentimentos nacionais e ainda menos porque possa prejudicar outras nações. É muito importante chamar a atenção para este ponto, uma vez que, por motivos evidentes, nos países menos privilegiados o nacionalismo contém, ao lado de impulsos positivos para o crescimento e o bem-estar internos, profundos ressentimentos contra os países mais ricos, que usaram, em passado próximo, a força para reprimir as aspirações nacionais. Há uma regra simples a ser aplicada quando se traça a linha do nacionalismo equilibrado e enérgico: um país subdesenvolvido procede, acertadamente, ao tomar toda e qualquer medida que, à luz do bom-senso, seja capaz de melhorar seu próprio bem-estar econômico, mas deve evitar, cuidadosamente, medidas políticas que não sejam benéficas à nação em seus efeitos totais e remotos. (MYRDAL, 1960, p. 89).

A explicitação anterior, a rigor, parece fornecer indícios pertinentes quanto à adoção de políticas econômicas, isto é, essas aparentam ser recomendadas em torno dos países tidos como pobres, tendo a finalidade da elevação nos padrões de desenvolvimento, enquanto nos ricos tal corolário não se reveste de essencialidade, caracterizando ser a medida antes enfatizada um aspecto impulsionador das melhorias nas condições de vida da população independentemente do corte espacial.

De fato, Prebisch (2000) apresenta uma discussão teórica repousante sobre a chamada “deterioração dos termos de troca”, onde o mundo traça uma linha assimétrica internacionalmente, ou seja, há divisões entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, sendo pertinente aos últimos o aumento do protecionismo econômico para proteger a indústria nascente (aquela que se inicia na periferia) e, portanto, a economia doméstica, a qual Myrdal (1960) assinala como se tratando de nacional e passível de realização da política econômica²⁹.

Antes, porém, Krugman (1989) expressa um desenho teórico contrário à interpretação prévia, quer dizer, a economia mundial carece da ausência de protecionismo e sim é fundamental haver liberdade plena para que as forças de mercado atuem sem restrições, pois esse mecanismo tende a gerar ganhos substanciais de produtividade, ampliando os níveis de produção dos países no tocante à escala produtiva das diferentes áreas do globo.

²⁹Combinação teórica proposta pelo autor desta pesquisa.

Assim, Friedman (1985) fornece um quadro teórico capaz de subsidiar o antes exposto, isto é, o autor mostra com relevante consistência haver uma flagrante necessidade da liberdade de mercado ser uma prerrogativa central, pois o sistema de preços deve ajustar no intervalo de tempo adequado as relações entre oferta e demanda nos distintos tipos de mercado, a exemplo das flutuações mercantis ligadas aos bens e serviços, moeda e seus desdobramentos, fatores de produção, dentre outros.

Friedman (1985), por sua vez, ainda assevera que o Governo deve conservar o plano fiscal em patamares indispensavelmente equilibrados, ou seja, o fluxo de gastos públicos requer uma preservação em níveis inferiores ao volume da arrecadação, não sendo possível acentuar despesas superiores às receitas, conforme destaca Silva (1999) quando discute o princípio da demanda efetiva.

Os comentários precedentes, por seu turno, repousam no debate sobre a importância da política econômica, em outras palavras, leituras distintas estabelecem uma oposição na medida que Prebisch (2000) defende a ocorrência de tarifas aduaneiras elevadas e taxas de câmbio múltiplas ³⁰, com taxas valorizadas/apreciadas para produtos ligados ao setor produtivo da economia e desvalorizadas/depreciadas, além da chamada seleção de bens importados em torno dos países periféricos, aos itens de

³⁰Tarifas alfandegárias dizem respeito às barreiras impostas para diminuir o estímulo às importações, sendo as taxas de câmbio múltiplas uma forma de política econômica protecionista decorrente da desvalorização/depreciação cambial.

consumo, ao passo que Krugman (1989) propõe ser plausível ausência das tarifas alfandegárias para que as forças de mercado via sistema de preços gerem ganhos adequados universalmente³¹.

Krugman (1989), particularmente, acredita que a liberdade de mercado deve fazer com que os países do mundo alcancem padrões adequados de crescimento econômico e, conseqüentemente, o desenvolvimento tende a ser obtido, cujo mecanismo de ajuste perpassa pelo sistema de preços capaz de propiciar mobilidade dos fatores de produção (capital e trabalho) internacionalmente, aumentando a escala produtiva em diferentes patamares até o equilíbrio esperado no denominado longo prazo.

Contrariamente, Medeiros e Serrano (2001) apontam que tal desenho apenas tende a ampliar as diferenças internacionais, ou nos termos de Myrdal (1960; 1967) desintegrar a economia mundial e, de forma acumulativa, denotando que a política econômica aparece como fundamental para inibir tal efeito circular aprofundador das distinções globais, admitindo ser através das taxas de câmbio múltiplas e das tarifas protecionistas a redução desses impactos tão desfavoráveis, especialmente na periferia econômica capitalista.

Acrescentando alguns elementos a esses traços, Araújo (2000) assume ser crucial que o Estado possa se revestir do caráter interventor economicamente, quer dizer, a autora quando analisa a

³¹Taxa de câmbio é a quantidade de unidades monetárias nacionais para comprar uma unidade de moeda de curso internacional, de modo que quando houver aumento nesta relação há uma desvalorização/depreciação cambial e o contrário significa ser uma valorização/apreciação.

diferenciação regional no Brasil, via de regra, ela entende que a participação estatal no patrocínio via políticas públicas pode impulsionar dinamismo econômico, notadamente nas áreas mais atrasadas de um corte espacial.

Assim, Possas (2001) e Serrano (2001), conjuntamente, fornecem o papel interventor estatal mediante políticas, cujo procedimento através da chamada demanda efetiva perpassa pela adoção de ações capazes de acelerar o ritmo da atividade produtiva, tendo nas políticas monetária, cambial e, principalmente fiscal³², a possibilidade de tal alcance, apresentando níveis mais significativos de emprego, renda e consumo e se retroalimentando via efeito multiplicador keynesiano.

Ressalte-se, todavia, que os autores supracitados centralizam tal argumento em torno da ideia de gasto público, quer dizer, a política econômica manifesta no terreno teórico da demanda efetiva se expressa mais decisivamente na aplicação de recursos públicos via dispêndios, ainda que haja possibilidades do surgimento de déficits e, portanto, o excessivo ajuste fiscal pode vir a ser desfavorável economicamente e socialmente, principalmente repousante sobre as áreas pobres do mundo.

Some-se a isso, sem dúvida, as considerações de Keynes (1985) e Kalecki (1987), alguns dos fundamentos desta análise, onde ambos mostram ser por meio da demanda efetiva e,

³²Para os propósitos deste trabalho, do ponto de vista das escolhas teóricas compatíveis ao método de análise adotado, a política fiscal é consequência da política monetária.

particularmente em torno dos investimentos, tanto privados quanto públicos, que a economia capitalista tende a expandir seu caráter produtivo, no entanto, o Estado é o protagonista do enfatizado processo e a política econômica delinea o mencionado contorno.

Uma indispensável ressalva, a bem da verdade, procede do fato dos investimentos (inversões) se encontrarem pautados no comportamento do preço da moeda que é a taxa de juros, ou seja, caso haja uma elevação nos juros há uma redução tendencial nos investimentos privados e vice-versa, pois ocorre um encarecimento da moeda e, conseqüentemente um desestímulo a tal mecanismo vital ao capitalismo centralizado no chamado Departamento 1.

Entretanto, uma variação nos juros de um país, via de regra, afeta os investimentos públicos, já que se houver aumento nas taxas enfatizadas deve ocorrer uma ainda maior elevação no endividamento governamental para o caso da não diminuição das inversões, pois a oscilação nas taxas de juros propicia correção na dívida pregressa adquirida por parte do ente público, comprovando, por seu turno, que a moeda enquanto política tende a produzir repercussões relevantes sobre a economia capitalista, a partir da interpretação advinda da literatura aqui revisitada.

Nesses termos, faz-se necessário enfatizar que a moeda assume enquanto traço central da política econômica uma faceta de condicionante sobre os terrenos fiscal e cambial, sendo essas últimas políticas econômicas conseqüentes dos movimentos

monetários, fatos que devem ser desenvolvidos mais a frente neste capítulo na perspectiva de uma síntese teórica.

Portanto, Grundwald (1967), Hicks (1988) e Krugman (1989), em certo sentido, aparentam revelar uma teoria econômica pouco robusta enquanto aporte defensor do liberalismo das relações da economia capitalista, ajuste automático via sistema de preços, dentre outros, de maneira que tal desenho perde poder explicativo na medida em que se admitem mais aspectos, especialmente políticos, tornando a importância estatal e o braço teórico não liberal da economia, vestígios analíticos pertinentes ao prosseguimento dos objetivos do estudo aqui sublinhado.

Dessa forma, a política neoliberal também provoca, através de sua atuação no terreno das políticas públicas sociais, efeito regressivo na redistribuição social da renda. No caso em questão, a política de gasto público implicou em uma transferência inusitada de recursos públicos ao capital a custas do salário indireto dos trabalhadores. Os recursos dedicados ao serviço da dívida - que significam ganhos especulativos do capital - crescem aceleradamente até 1987, e são, ainda em 1990, três vezes mais altos como percentual do PIB e o Gasto Público Total. (SOARES, 1995, p. 133).

A exposição prévia, na verdade, apresenta nuances bastante significativas do comportamento econômico na atualidade, particularmente no Brasil, isto é, o último quartel do século XX e os primeiros anos do século XXI, na leitura de Silva

(2017), retratam uma característica acentuadamente volátil da economia capitalista e a política econômica neoliberal aprofunda a preocupação com o ajuste fiscal e redução da aplicação dos recursos em torno das questões sociais, configurando a abordagem aqui suscitada.

De fato, a política econômica assume um comportamento um tanto diferente das explicitações de Myrdal (1960), alcançando contornos bastante compatíveis com a volatilidade que o sistema capitalista vem descrevendo nos últimos decênios, cuja prerrogativa determinante perpassa pelo corolário financeiro em escala global, onde a velocidade de movimentação dos capitais é representativamente elevada.

Nesse sentido, Keynes (1985) admite que é fundamental a ocorrência de medidas capazes de evitar fugas acentuadas de divisas dos países, notadamente os mais pobres, pois perdas sistemáticas desses capitais perfazem um impacto contundente nas transações correntes de qualquer nação, tornando a política econômica bastante dificultada enquanto efetividade da mesma, acomodando-a aos ditames do ambiente econômico mundo a fora.

Tal explicação carece de maiores detalhes, ou seja, Minsky (1986) quando desenvolve a hipótese da instabilidade financeira, ele sugere que a economia pode apresentar ciclos, em outras palavras, na prosperidade os agentes propensos à ampliação dos seus estoques de riqueza (carteira de ativos) aplicam recursos no mercado financeiro comprando títulos (ações por exemplo), cuja

dinâmica se encontra grafada pela interpretação da eficiência marginal do capital, de maneira simplificada.

Isso significa que os agentes, via de regra, compreendem que investir produtivamente, ou mesmo na aquisição de ativos imobilizados (imóveis), não fornecem retornos tão convidativos e a alternativa mais plausível repousa nas aplicações financeiras avolumadas tendencialmente nos tempos de prosperidade, tendo como participantes desse processo agentes individuais, instituições bancárias, autoridades econômicas, grandes corporações internacionais, dentre outros.

Logo, uma inflexão no antes exposto, a rigor, produz consequências por vezes incalculáveis, quer dizer, no momento de crise sucessora dos tempos favoráveis globalmente, o que salta aos olhos aponta para corridas dos agentes em vender seus títulos não mais tão lucrativos, diminuição na oferta de créditos bancários e de grandes instituições financeiras, redução das expectativas quanto aos investimentos agregados macroeconomicamente, queda na arrecadação tributária governamental e piora fiscal por consequência, havendo repercussões econômicas, políticas e sociais como desemprego e seus desdobramentos implausíveis.

O previamente esmiuçado, na verdade, esclarece em linhas gerais e forçosamente simples que a instabilidade financeira pode gerar efeitos danosos economicamente e socialmente³³, no entanto, há uma explicitação do ponto de vista sistêmico não

³³Grifos próprios do autor.

desprezível, ou seja, a movimentação dos capitais afeta de qual maneira as economias nacionais e como tal desenho tende a acentuar novas necessidades teóricas ao conceito de política econômica de Myrdal (1960) na perspectiva da causação circular e acumulativa?

Com efeito, Carneiro (2002) constrói, do ponto de vista metodológico, um círculo global no campo financeiro, onde no centro se encontram os Estados Unidos da América, ao redor os demais países desenvolvidos e industrializados e nos limites do círculo a periferia, denotando contundentes assimetrias na determinação das taxas de juros e sublinhando sensíveis diferenciações na política econômica mundo a fora, acentuando tal desenho em tempos de crise.

Portanto, o autor supracitado assevera haver a chamada trindade impossível, a qual corresponde à incompatibilidade simultânea da autonomia da política econômica nacional, câmbio flutuante e liberdade na movimentação dos capitais, isto é, tal desenho fornece uma tendencial subordinação, principalmente dos países periféricos diante de um cenário macroeconômico alicerçado nas mencionadas bases, sendo plausível considerar essa compreensão.

Saliente-se, no entanto, que política econômica, em uma perspectiva mais trivial e com um caráter meramente esclarecedor, é entendida como uma medida governamental associada à tentativa de levar a economia aos níveis de produto potencial, estabilidade dos preços e pleno emprego (objetivos da política econômica),

utilizando-se das políticas monetária, cambial e fiscal, afetando via demanda efetiva as taxas de desemprego e crescimento econômico nos curto e longo prazos microeconômicos, a partir das sinalizações de Carlin e Soskice (2006).

Tal digressão, sem dúvida, significa uma descrição pertinente acerca do papel da política econômica, pois quando se consideram a economia global e seu desenho financeiro em forma de círculo, o que salta aos olhos perpassa pela necessidade de delimitar melhor o conceito aqui discutido, o qual reconhece a demanda efetiva como elemento basilar e uma aparência revestida nas políticas antes enfatizadas.

Isso não significa que o Estado domine a economia, nem que chegue a regular conflitos de classe: é preciso não confundir a ideologia da política econômica com seu funcionamento real como estratégia capitalista, mesmo se tal ideologia é requerida por esse funcionamento. Isso significa, ao contrário, que o Estado se encontra agora envolvido não apenas na gestão da moeda (de D) e da força de trabalho (uma parte de M), mas na gestão da relação entre as duas, isto é, da circulação do capital, na medida em que esta necessita de novos compromissos de classe, que os capitalistas não podem realizar diretamente por eles próprios. O controle capitalista do salário direto muda, então, de modalidades. É isto que está no centro da formação da política econômica global e das formulações que ela pode revestir. (BRUNHOFF, 1985, p. 65).

Nesse sentido, a autora apresenta o conceito de política econômica capaz de fornecer subsídios bastante robustos a esta análise, ou seja, o enfatizado aspecto prever a gestão estatal não somente da moeda e da força de trabalho, entretanto, a relação entre ambas sustenta uma forma distinta das interpretações até então apontadas, permitindo suscitar certas nuances essenciais ao estudo, peculiarmente gravitando ao derredor dessa compreensão e as explicitações de Gunnar Myrdal.

Assim, entende-se ser plausível asseverar que é a moeda (equivalente geral), na leitura de Brunhoff (1985), aquela que perpassa pelo atributo central da economia capitalista no sentido dessa propiciar os meios pelos quais se impulsiona o dinamismo produtivo no terreno estritamente econômico, sendo as políticas cambial e fiscal meras expressões do denominado equivalente geral e sua relação social na perspectiva marxista.

De fato, ao tomar como referência a interpretação keynesiana e, conseqüentemente as observações em torno da gestão estatal da relação entre aspectos econômicos manifestos na moeda e a própria força de trabalho, faz-se necessário a partir de agora tentar estabelecer uma vinculação teórica mais enfática sobre os propósitos inerentes às expectativas envoltas na pesquisa aqui delimitada e passível de ofertar uma explicação mais completa daquilo até então discutido.

Torna-se cabível, a rigor, retomar a construção de Carneiro (2002), a qual sustenta que os EUA emissores da moeda referência internacional assumem a primazia quanto à fixação das

taxas de juros em nível mais reduzido comparativamente àquelas praticadas nos países desenvolvidos e industrializados e que por sua vez apresentam patamares dos juros inferiores ao vislumbrado na periferia econômica, desenhando o percurso do capital financeiro.

Essas nuances, na verdade, significam que modificações nas taxas de juros dos Estados Unidos da América geram movimentação dos capitais financeiros, supondo aumento nos juros americanos há uma tendencial fuga desses capitais aos EUA e uma redução dos mesmos em torno da periferia e em menor escala nas áreas economicamente mais desenvolvidas, cujos resultados são simétricos quando as taxas de juros americanas diminuem, demarcando tal mobilidade tão expressiva pelo fator risco implícito a esses aspectos de mudanças de juros internacionalmente.

Tal explicitação, por seu turno, assinala haver uma possibilidade bastante evidente da movimentação dos enfatizados capitais, pois esses procuram combinar menores tendências ao risco e maiores ganhos, representando o percurso desenvolvido no trabalho de Carneiro (2002). Entretanto, Minsky (1986) contribui quanto ao entendimento da referida dinâmica, isto é, admitindo a hipótese de instabilidade financeira, a mencionada mobilidade capitalista se configura como factual e seus desdobramentos em termos de política econômica são contundentes.

Acrescente-se, no entanto, que as assertivas prévias demonstram haver tendências do sistema capitalista em termos da

ocorrência de flutuações, ou seja, há flagrantes movimentações expressas tão velozmente que permitem compreender esses contornos como voláteis, identificando dentro dessa perspectiva analítica traços capazes de esmiuçar pontos claros quanto à centralidade do equivalente geral na explicação da dinâmica até então enfatizada.

De maneira mais específica, as relações financeiras partem, em essência, da opção dos agentes na escolha de ativos produtivos e /ou financeiros mediante a taxa de juros, tendo como referência conceitual a chamada eficiência marginal do capital, a qual pode ser recuperada no estudo de Silva et al. (2013), cuja preocupação é explicitar o nível de aprofundamento dos processos de estabilização e vice-versa, característica inerente ao sistema capitalista.

Com quanto, nos momentos de estabilidade econômica há movimentos de busca por maiores rentabilidades, os agentes passam às especulações em torno da aquisição de ativos não produtivos, havendo reversão do quadro quando sobressaltos macroeconômicos são percebidos, a exemplo do grave choque constatado a partir de 2008, segundo apontamentos de Gobetti e Orair (2015) e Ferreira e Silva (2016).

De fato, os aspectos abordados revelam, categoricamente, que a ideia de política econômica de Myrdal (1960) não descreve consistentemente esse conceito na atualidade, onde a cada vez maior velocidade das transformações sociais e progresso tecnológico, portanto, semelhante característica denota a

necessidade de enxergar mais variáveis incrementadas na literatura e que suas discussões aqui evidenciadas carecem de uma definitiva vinculação, segundo evidências apresentadas em concepções de orientação marxista.

Ressalte-se, a rigor, que Marx (2003) garante, do ponto de vista teórico e metodológico, certa solidez a esta argumentação, pois é através das transformações historicamente observadas que a sociedade vem se tornando cada vez mais complexa, isto é, a economia capitalista desde o período do ressurgimento comercial europeu até a atualidade, por exemplo, vem moldando a forma de apropriação do lucro e a política econômica acompanhando tal progresso.

De modo mais particular, o autor supracitado quando desenvolve seu método de análise da economia política, ele permite admitir o elemento tempo e ao seu transcurso a evolução da denominada luta de classes, havendo transformações significativas a medida que as relações sociais de produção historicamente são modificadas, garantindo a esta discussão sublinhar como indispensável a alteração da compreensão conceitual na perspectiva da mudança social, não sendo diferente com a política econômica.

Nesse sentido, faz-se necessário esmiuçar que o terreno econômico hoje em dia, flagrantemente, exige um papel estatal menos interventor e, com certa contundência, mais regulador na medida em que a política econômica se conforma aos ditames internacionais, perdendo, pelo menos parcialmente, o caráter de

braço do Estado capitalista repousante sobre os países subdesenvolvidos para alcançar os níveis de desenvolvimento descritos por Myrdal (1960; 1967).

Tal argumento, na verdade, procede do fato do mundo ter se transformado profundamente desde a II Guerra mundial, havendo no início a presença do Estado de bem-estar e, posteriormente, a emergência do corolário neoliberal e seus contornos próprios, acentuando o processo de abertura das economias nacionais, avanço do fenômeno da globalização, flexibilização das leis trabalhistas e o aprofundamento das relações financeiras cotadas em bolsa de valores mundo a fora e em escala internacional, de acordo com subsídios de Soares (1995) e Condé (2004).

Isso significa que o traço financeiro, a participação estatal em proporção um tanto mais reduzida, a necessidade de instituições supranacionais passíveis de arbitrar conflitos mundialmente, via de regra, parecem sintetizar o Estado e a política econômica meramente acomodaticias aos movimentos do mercado e, portanto, não tendo características ativistas, em discordância com Myrdal (1960) e, conseqüentemente Keynes (1985) e Kalecki (1987).

Assim, qual é o verdadeiro papel e importância da política econômica na atualidade com base na literatura? Marx (2003), por sua vez, desenvolve uma linha metodológica centrada nas transformações históricas em evolução, além da oposição de classes estabelecida ao longo do tempo, permitindo explicar as

nuances bastante exploradas até então neste estudo, notadamente de maneira interpretativa ao juízo desta reflexão. Todavia, há um desenho conceitual caro e passível de realce, a saber: o bloco no poder amplamente discutido no capítulo anterior.

Tais ressalvas, precisamente, denotam que o entendimento desta pesquisa, conforme já apontado anteriormente é decorrente da ideia de política econômica, a qual tende a apresentar como fundamento a moeda na condição de aspecto capaz de alterar o ambiente macroeconômico decisivamente. Entretanto, há uma dicotômica divergência no sentido do equivalente geral assumir uma perspectiva mais ou menos conservadora.

Antes, porém, é factível mencionar que diacronicamente, a rigor, a moeda enquanto atributo capaz de manifestar o valor das coisas úteis nas sociedades mais primitivas até chegar ao capitalismo atua como facilitadora do intercâmbio de mercadorias, atualmente ativos tangíveis ou intangíveis, cuja expressão conceitual viabiliza entender haver modificações históricas monetárias, não acentuando perda de relevância, ao contrário, ampliando tal universo capitalista no plano da relação Estado frações do capital.

O aporte prévio, a rigor, demonstra que os membros da classe dominante fracionados ao se encontrarem no exercício momentâneo do poder devem tomar decisões convergentes com as demandas dos grupos de sustentação política, quer dizer, as autoridades circunstanciais tendem a fixar taxas de juros em

patamares compatíveis às preferências dos agentes ligados a tais blocos, asseverando possibilidades factíveis conceitualmente.

Um reforço teórico é pertinente, quer dizer, Schumpeter (1961) traduz o plano da democracia como atributo essencial para enfatizar sobressaltos de reverberação de forças dentro do Estado, do ponto de vista político, aglutinando o Governo e parlamento na condição da reunião de representantes dos distintos grupos políticos e econômicos, suscitando mecanismos de orquestração dos interesses da fração do capital no exercício momentâneo do poder.

Com efeito, o aspecto democrático sugere que os líderes políticos, na verdade, tendem a orientar as maiorias na perspectiva dos interesses dos grupos previamente mencionados, fornecendo a pertinência conceitual do bloco no poder, sistematizando articulações de diferentes vertentes teóricas até então discutidas no trabalho e que viabilizam haver tais aderências no argumento aqui delimitado.

A abordagem precedente expressa por Poulantzas (1977), além das considerações de Offe (1984) sobre os partidos competitivos, de forma adaptativa, permitem admitir que a política econômica tem comportamento congruente aos grupos firmados no interior do Estado capitalista, independentemente do padrão de desenvolvimento do país, exprimindo haver uma ligação entre o gestor da política econômica e as parcelas da classe dominante posicionadas na base de sustentação política do Governo.

Dito isso, a relação política sinteticamente considerada, peculiarmente, possibilita asseverar que a moeda encontra um terreno plausível ao seu desenvolvimento enquanto traço fundamental para a política econômica, haja vista, provavelmente, ser preponderante ocorrer um ambiente politicamente adequado no sentido da medida econômica de natureza monetária se explicitar.

De fato, o equivalente geral corresponde ao ponto central da política econômica, onde não se observa apenas sua essencialidade nas áreas periféricas, no entanto, a característica mencionada assume sua face integral mundialmente, advertindo, contudo, o aspecto do momento em que o Estado manifesto no Governo precisa realizar o tipo de política aqui salientada com o intuito de favorecer o quadro de acumulação ampliada do capital evidenciada no trabalho de Oliveira (1988), espacialmente em torno da fração ligada à base de sustentação política³⁴.

Nesse sentido, encontra-se outro elemento preponderante da política, a qual se relaciona com a possibilidade de fornecer meios, ainda que em detrimento da força de trabalho, passíveis de fortalecer o capital, especialmente aquele expresso no bloco presente no poder no enfatizado momento, compatibilizando semelhante traço diante das evidências teóricas de O'Connor (1977), autor que descreve o orçamento público como assimétrico em torno das classes.

³⁴Considerações do autor a partir da síntese teórica.

A explicitação prévia, por seu turno, mostra haver um favorecimento inclinado ao capital, neste caso o produtivo, no sentido de propiciar as maiores fatias orçamentárias ao denominado investimento social e consumo social, respectivamente ligados ao processo de valorização do capital e redução do custo de produção da força de trabalho, reservando aos trabalhadores as despesas sociais representativas da assistência social e repressão, denotando a flagrante diferença de classe recaindo no próprio orçamento público.

A descrição anterior, a bem da verdade, exprime que o ato da elaboração e, posterior execução do orçamento público, a rigor, preconiza uma dedicação acentuadamente mais elevada repousante sobre os capitalistas em detrimento da força de trabalho, pois o sistema econômico tem a prerrogativa de ofertar meios em maior magnitude enquanto beneficiamento ao processo da acumulação ampliada.

Com quanto, Poulantzas (1977), de acordo com explicitações prévias, demonstra haver uma condensação de forças dentro do Estado capitalista, por sua vez, ele mostra ocorrer uma característica marcante de tal instituição social concernente à ideia de autonomia relativa, onde essa via estatal se encontra um tanto posicionada para além das classes, ou em outras palavras, o atravessamento das últimas através do Estado e esse atuando como minimamente garantidor de uma harmonia social.

Isso quer dizer que, do ponto de vista teórico, o argumento precedente sustenta a diferenciação orçamentária

apresentada no estudo de O'Connor (1977), possibilitando aferir ser aspecto constituinte da política econômica o fato da diferenciação de classe produzir, em grande medida, meios consistentes ao contexto da acumulação capitalista, não se tratando, exclusivamente, de uma ação governamental dinamizadora em termos da geração de emprego e renda.

A estrapolação do modelo construído pelo autor supracitado é factual, ou seja, atualmente se percebe na composição orçamentária pública uma destinação dos recursos, em grande medida, direcionados ao pagamento do denominado serviço da dívida, isto é, os capitalistas favorecidos mais contundentemente perpassam pela fração da classe dominante atrelada ao terreno não produtivo, sendo esses os que absorvem as maiores fatias do orçamento³⁵.

Nos tempos de crise, particularmente, os países menos desenvolvidos necessitam fixar juros mais elevados para atrair os capitais financeiros, em que Carneiro (2002) adverte ter ocorrido no Brasil tal contexto, notadamente nos momentos de crise mais pujantes, cuja prerrogativa afeta o endividamento público consistentemente, pois aumenta o volume a ser financiado pela correção realizada por taxas representativamente altas, característica compatível ao contexto da instabilidade financeira.

Afinal, constata-se, teoricamente, que há uma apreensão importante na qual a fração da classe dominante ligada ao terreno

³⁵Grifos próprios do autor.

financeiro tem seu capital valorizado através das relações provenientes da moeda e seus agregados monetários no campo não produtivo, onde a reprodução ampliada, especialmente, assume uma face diferente do preconizado na interpretação marxista quanto à acumulação via apropriação de mais-valia.

Some-se a isso, na verdade, o fato da fração produtiva penetrar neste processo de fortalecimento do capital, mais contundentemente, a partir da exploração da força de trabalho, ou seja, as diferentes parcelas da classe dominante entram no circuito da reprodução ampliada, flagrantemente, via distintos objetos, porém, a finalidade do capital enquanto tal conserva sua essência de dominância social e econômica.

Ressalte-se, portanto, que o conceito central em discussão neste capítulo preconiza um caráter mais voltado ao plano da acumulação capitalista, independentemente se é um país desenvolvido ou não, viabilizando como um possível resultado teórico o fato do alargamento internacional enquanto desintegração proveniente da economia capitalista, na leitura de Myrdal (1967), demonstrando ser a política econômica uma componente decisiva no mencionado distanciamento mundo a fora.

O antes exposto, via de regra, a despeito da consideração preliminar do princípio da causação circular e acumulativa, demonstra contornos bastante flagrantes de diferenciação de classes, no caso dos EUA a distinção racial entre brancos e negros, sendo pertinente deslocar tal interpretação social e sublinhar essa

compreensão enquanto política econômica, pois o enfatizado conceito tende a revelar diferenciações inclusive internacionalmente.

De fato, o corolário prévio ressalta nuances passíveis do fortalecimento em termos de desequilíbrio mundialmente repousante sobre a política econômica nos distintos países do globo, cujo destaque aponta para a ocorrência da não simétrica razão da mencionada medida devido aos objetivos particulares, contudo, o padrão de desenvolvimento determina o tipo da política e periodicidade da ação explicitada.

Dito melhor, na porção central da economia capitalista as necessidades diferem da periferia, respectivamente, onde a primeira possui níveis de industrialização mais robustos, serviços públicos menos insatisfatórios, patamares de problemas sociais reduzidamente assimétricos (ao menos por suposição), dentre outros, reservando para a segunda parcela espacial maiores esforços fiscais e impopularidades relevantes, as quais são capazes de reduzir eventuais fugas de capitais financeiros que dificultam as transações correntes³⁶.

Nessas circunstâncias, a política econômica assume um papel diferente que gravita ao redor dos países mundo a fora, expressando contundentes assimetrias no manejo das mencionadas medidas, cuja característica, a partir da construção metodológica desenvolvida na pesquisa atual, prever comportamentos distintos

³⁶Grifos próprios do autor.

se a política econômica procede da zona central ou periférica do globo, conformando em mais uma compreensão aqui obtida³⁷.

Tal apontamento, a rigor, permite aceitar a hipótese de que há assimetrias internacionais em torno da aplicação da política econômica, principalmente se for admitido o fato do equivalente geral corresponder ao elemento central do enfatizado conceito e as políticas cambial e fiscal, tão somente, essas reproduzirem manifestações aparentes da mencionada medida.

Assim, Myrdal (1960; 1967) assistido conceitualmente por aportes marxistas, a exemplo de O'Connor (1977) e Poulantzas (1977; 1980), via de regra, esses autores combinam aspectos fundamentais e sensivelmente robustos para compreender o objeto de estudo aqui delimitado, restando, todavia, uma pergunta bastante relevante e decisiva no diálogo travado nestas páginas: a gestão estatal da moeda e força de trabalho estabelecem que tipo de relação preponderante diante da política econômica?

Ressalte-se, categoricamente, que o fato da independência do padrão de desenvolvimento dos países em termos da existência de diferenciação de classe, além da particularidade no sentido da aplicação da política econômica, sem dúvida, demandam a inclusão do elemento conceitual ligado ao modo de gestão monetária e da força de trabalho, sendo que a primeira é discutida exaustivamente neste capítulo quando se reporta ao processo de movimentação de

³⁷Resultado teórico proveniente do diálogo com a literatura.

capitais financeiros, bem como a expressão dos aspectos fiscal e cambial na condição da manifestação do equivalente geral.

Nessas circunstâncias, Brunhoff (1985) admite que a política social se refere a uma política de emprego, ou salarial, conformando em sinônimos na perspectiva conceitual enfatizada. Logo, a autora permite entender a ocorrência da gestão da força de trabalho enquanto geração de emprego e renda, isto é, tal medida propõe haver a participação governamental em garantir o mencionado direito, conforme recorda Fagnani (2005).

O aspecto apontado, a bem da verdade, possibilita asseverar que se a política econômica é a gestão estatal da moeda, essa administração pode ser a determinação da autoridade monetária em definir o patamar das taxas de juros, cujos efeitos vêm sendo discutidos de maneira prolongada neste capítulo. Com quanto, a repercussão do equivalente geral afeta, tendencialmente, a dinâmica da economia capitalista, de maneira que a moeda se exprime como cerne da política econômica na compreensão deste estudo.

Alcança-se, portanto, o entendimento no qual a moeda produz consequências sobre a taxa de desemprego, em outras palavras, há uma compreensão representativa teórica concernente com a causalidade da política econômica em relação à social, onde a primeira determina mudanças no cenário macroeconômico e a segunda, a rigor, responde a tais estímulos, comprovando, por seu turno, que o equivalente geral favorece aos capitalistas e esse

corolário permite admitir haver efeitos repousantes sobre a força de trabalho.

A leitura precedente, por sua vez, combina a diferenciação de classe e a autonomia relativa do Estado enquanto elementos preponderantes na leitura interpretativa da política econômica, onde ela viabiliza repercussões integralmente no ambiente da economia e a força de trabalho, expropriada pelo capital, essa última contribui diretamente no processo de acumulação capitalista, tornando bastante factível observar nuances convergentes entre classe dominante e política econômica e resquícios via política social e classe dominada.

Resta ainda um esclarecimento relevante, isto é, admitindo-se que a composição orgânica do capital prever a participação do chamado capital variável na condição de alavanca do processo de acumulação capitalista³⁸, em que os trabalhadores sustentam o desenvolvimento capitalista enquanto sistema, assinalando ser por meio da drenagem da mais-valia, tanto absoluta como relativa, que a esfera produtiva alcança sua zona acumulativa ampliada, mostrando, conseqüentemente, haver vinculações entre políticas econômica e social.

Assim, torna-se cabível asseverar que o Governo ao realizar ações em benefício do capital produtivo, diminuindo juros ocorre uma tendencial dinamização, cuja repercussão social pela queda no desemprego se configura como bastante salutar,

³⁸Para maiores detalhes consultar Karl Marx Livro III de O Capital.

permitindo mais uma conclusão teórica, a saber: políticas favorecedoras aos seguimentos financeiros geram resquícios bastante reduzidos à força de trabalho, ao passo que no terreno produtivo há tais beneficiamentos, ainda que se expandam a absorção de mais-valia por parte da fração do capital produtivo.

A afirmação precedente é factual, pois independente da modalidade capitalista há a formulação de políticas sociais deve ocorrer, onde na tentativa governamental em gerar esforços estabilizantes, os não sobressaltos macroeconômicos, possibilidades de medidas de Governo em torno de ofertas creditícias, aumento da transparência econômica (ao menos no discurso), dentre outros, viabilizando assim, categoricamente, que qualquer face do capital busca legitimar essas ações através da aceitação da população em última instância.

Em síntese, a incursão presente neste capítulo, claramente, procura explicitar a ocorrência da gestão monetária pelas autoridades governamentais fortemente vinculadas através do conceito de bloco no poder, ou seja, a fração do capital no exercício do poder deve produzir decisões beneficiadoras, ao menos em maior proporção, do capital em detrimento dos trabalhadores, vinculando o conceito mencionado à política econômica por meio da demonstração dessa componente política tão significativa na construção aqui postada.

Assim, Comprova-se, teoricamente, o que Soares (1995) veicula como desajuste social mediante um sistema político neoliberal, em outros termos, a centralidade monetária e o quadro

assimétrico social alicerçado pela compreensão de Estado desenvolvida no estudo, precisamente, perfaz um desenho contundente das relações capital e força de trabalho e a importância do conceito de política econômica, acrescentando à análise de Gunnar Myrdal diversas referências pertinentes na produção do diálogo presente nestas páginas, mostrando nuances flagrantes em que o equivalente geral fornece subsídios para a interpretação da economia e sociedade capitalistas.

Finalmente, atinge-se o término desta interpretação teórica, onde se percebe traços marcantes da política econômica e sua relação diante do Estado capitalista, o qual exerce um papel preponderante, sobretudo ao redor da classe dominante e reservando resquícios à força de trabalho, anunciando incontestáveis aspectos da interação aqui suscitada mediante o aprofundamento das discussões realizadas por Gunnar Myrdal em face da teoria marxista ligada às ciências políticas, daí a leitura sumária, porém, com certo conjunto de detalhes inquietantes aos pesquisadores economistas e os cientistas políticos, convidando para a leitura de algumas observações derradeiras postadas na sequência.

5. AGUIA DE CONCLUSÃO

Este estudo, o qual teve como objetivo geral analisar os conceitos de Estado capitalista e seu papel na economia, política econômica e os fundamentos políticos e ideológicos em diálogo com Gunnar Myrdal, na verdade, permitiu que saltasse aos olhos determinadas vinculações teóricas pouco exploradas e que possibilitaram tecer alguns comentários explicativos não desprezíveis ao longo do texto, recuperando nesta parte derradeira do livro aqui deflagrado.

Inicialmente, a discussão foi desenvolvida tendo como amparo teórico o conceito de causação circular e acumulativa, em que se percebeu bastante inconsistente admitir o equilíbrio estável enquanto princípio para a economia capitalista, observando flagrantes tendências acumulativas em termos de ampliação das diferenças, sejam de classes sociais, apropriação material por meio dessas, desintegração internacional, etc.

Com efeito, o amparo teórico anterior, a rigor, trouxe subsídios importantes para uma adequada compreensão do aqui discutido, em outras palavras, a causação circular e acumulativa reforçou tendências, repercutindo, por exemplo, no contínuo aprofundamento das assimetrias internacionais e acentuando a chamada desintegração econômica global.

Nesse sentido, o Estado capitalista, independentemente se associado a um país desenvolvido ou não, esse explicitou um comportamento autônomo relativamente e capaz de produzir

políticas públicas, as quais construíram um traço de inclinação estatal ao capital, porém, houve formulação de medidas favorecedoras aos trabalhadores, sendo a tal classe uma proporção significativamente reduzida, conforme se constatou na leitura orçamentária do modelo de James O'Connor e apontamentos conceituais sobre política social de Nicos Poulantzas.

Foi ressaltado, na verdade, a consideração de aportes importantes como a autonomia relativa do Estado e o bloco no poder, além da ideia de partidos competitivos, seletividade estrutural e ingovernabilidade, cuja preocupação teve a prerrogativa de admitir adaptações metodológicas na aplicação desses enfoques teóricos, os quais se acomodaram ao método dialético e através do mesmo a observância da diferenciação de classes, segundo nuances realizadas neste estudo.

O capital, enquanto frações, demonstrou que na atualidade ele esteve revestido de seu caráter financeiro predominantemente, onde tal parcela da classe dominante, notadamente decorrente do fenômeno da globalização eclodida fundamentalmente no último quartel do século XX, ganhou um espaço na economia capitalista crucialmente, afetando sobremaneira as relações sociais de produção, o processo decisório do Estado e, conseqüentemente, a destinação e abrangência da política econômica.

Com quanto, a esfera financeira, especialmente nos países pobres, conformou-se em termos de política monetária ao ajuste das taxas de juros, acomodando-as no padrão internacional no

sentido de fixá-las acima dos juros do centro economicamente desenvolvido e dos Estados Unidos da América, revelando uma orientação sistêmica das ações estatais e, por conseguinte, da própria política econômica no contexto capitalista.

De fato, houve uma compreensão teórica na qual o Estado capitalista procedeu políticas econômicas com orientação bastante semelhante independente do padrão de desenvolvimento, cuja diferenciação em termos da desintegração internacional se deu, unicamente, na distinção do patamar dos juros capazes da geração de níveis assimétricos de rentabilidade ao capital financeiro. Entretanto, não se constatou na revisitação da literatura mudanças na essência do enfatizado processo, garantindo o alcance dos resultados aqui destacados.

Outra constatação teórica, a bem da verdade, sublinhou o equivalente geral como elemento central na determinação das demais políticas de Governo, quer dizer, uma característica marcante foi a implicação da política monetária na dinâmica econômica capitalista mundo a fora, enquanto o contexto fiscal e cambial reproduziram as tendências grafadas na moeda, enfatizando o cerne do conceito de política econômica.

Um aspecto não mencionado no transcurso deste livro, na verdade, perpassou pela acentuação do modelo monetarista de Friedman em sua versão aceleracionista e o modelo de Lucas na versão novo-clássica da curva de Phillips, demonstrando que a moeda, igualmente, assumiu um caráter de essencialidade no

protagonismo da política econômica, assinalando corresponder a mesma causa analítica aqui atestada.

Entretanto, não se requer maiores aprofundamentos sobre a articulação teórica aqui suscitada em face dos apontamentos precedentes neste particular, unicamente, o fato dessa afirmação procedeu da própria conjugação da teia conceitual de limites marxistas, não havendo, portanto, possibilidades plausíveis de dialogar com tendências meramente instrumentalizadas da teoria econômica positiva e, conseqüentemente, deixando a desejar no sentido da ausência de elementos políticos e atuação do Estado enquanto tal.

Os aportes prévios, por sua vez, identificaram um caráter preponderante no sentido de tal ação governamental ter exercido influências no terreno social, em outros termos, houve uma apreensão proveniente da literatura de uma relação causal entre políticas econômica e social, em que a primeira repercutiu na segunda, viabilizando essa compreensão não desprezível do ponto de vista conceitual formal.

Com quanto, a revisitação realizada nesta pesquisa, a rigor, trouxe a percepção de que a política econômica assumiu, ao menos na leitura aqui desenvolvida, uma configuração relacional, onde a moeda e força de trabalho enquanto elementos favorecedores ao ganho capitalista vinculou tais fatores para garantir a reprodução ampliada em uma perspectiva mais abrangente, ou seja, o equivalente geral propiciou acumulação da

fração do capital financeiro e a força de trabalho, conseqüentemente, beneficiou a fração produtiva.

O argumento anterior, sem dúvida, acrescentou nuances importantes na prerrogativa de política econômica de Gunnar Myrdal, cujo autor previa adoção da medida mencionada para elevar o padrão de desenvolvimento de um país, haja vista, flagrantemente, a desintegração internacional e a acumulativa circularidade causal capazes de reforçar tendências de desequilíbrio global, em que mostraram um traço dicotômico no entendimento assinalado.

Assim, a combinação conceitual precedente, a qual reuniu a acumulação do capital via moeda ou força de trabalho, respectivamente repousantes nas frações financeira e produtiva, por seu turno, essa constatação apontou uma unicidade em essência que consistiu no terreno da reprodução ampliada, pois os diferentes mecanismos apenas mostraram alternativas distintas de dominação de classe, independentemente se o país teve características de desenvolvimento do centro econômico global ou não.

O corolário antes evidenciado explicitou meios de expansão capitalista, cuja comprovação teórica, sem dúvida, procedeu da preocupação substancial com que a gestão estatal exerceu nas enfatizadas nuances discutidas, reservando apontamentos amalgamadores e que contribuiram para anunciar vinculações conceituais não sistematizadas até então e, portanto,

perfazer contornos teóricos e metodológicos pertinentes fruto da combinação das literaturas de economia e ciências políticas.

Foi atingido, particularmente, a aceitação da hipótese sustentada neste trabalho, pois houve o entendimento de que Gunnar Myrdal apresentou elementos contundentes na apreensão conceitual aqui esmiuçada, grafando ligações da leitura do autor com diversas compreensões teóricas, as quais incorporaram traços tão significativos que deram condições de se estabelecer um conceito, apoiando esse contorno no papel do Estado e a os fundamentos políticos e ideológicos.

Afinal, a extrapolação do aqui dimensionado, via de regra, demonstrou possibilidades contundentes em termos de aplicabilidades empíricas, quer dizer, o levantamento de questões exclusivamente no plano da teoria, claramente, indicou caminhos procedimentais no sentido de capturar efeitos de mudanças na política econômica, de maneira que ao olhar aqui expresso categoricamente, sobre a esfera da acumulação capitalista mensurada nas taxas de lucro, ou mesmo relacionar orçamentariamente quão dos recursos previstos ou executados foram destinados às frações produtivas ou financeiras, revelando, provavelmente, aspectos factíveis e convergentes aos elementos suscitados na investigação grafada nestas páginas.

Em suma, o diálogo com Gunnar Myrdal, contundentemente, trouxe inúmeras questões fundamentalmente relevantes, no entanto, notou-se que o autor tinha uma leitura reducionista da ideia de política econômica, não atribuindo a essa

ação governamental um caráter conceitual sistematizado, sendo bastante pertinente reunir elementos até então fragmentados na literatura e assim, necessariamente, vinculá-los com o realce de que se tentou iniciar tal processo de conceituação do que significaria a medida ligada ao campo econômico exaustivamente discutido.

Na verdade, uma perspectiva importante advinda das literaturas recuperadas, sem dúvida, procedeu de uma compreensão sustentada na mera instrumentalização da política econômica, quer dizer, o Governo na economia capitalista deve exercer a adoção da mencionada medida para ajustar a economia aos níveis mais adequados, seja para conduzir ao reaquecimento ou desaquecimento do padrão de produção/emprego e estabilidade dos preços correntes no sistema econômico, sendo pertinente afirmar não haver até então uma construção conceitual.

Com efeito, houve pouco esforço em produzir vinculações teóricas acerca da compreensão aqui enfatizada, pois a instrumentalização sustentada admitiu ocorrer, tão somente, uma característica de ação preconizada no terreno do ajuste cíclico, ou no máximo uma articulação de tendências políticas, geralmente no plano democrático, cuja pesquisa encerrada nestas páginas trouxe a inovação decorrente da interligação de nuances espalhadas pela literatura, angariando o resultado aqui apresentado com base no método dialético e materialista histórico marxista.

Uma alternativa conceitual ao aqui apregoado, categoricamente, poderia decorrer da possível combinação teórica do liberalismo econômico e o liberal pluralismo democrático,

traços consagrados na literatura, todavia, o exercício analítico sobre o Estado carece de uma interpretação de nuances da articulação previamente proposta, cuja pertinência procederia de um futuro debate de modelos explicativos aglutinadores de resquícios da teoria econômica e política.

Finalmente, atingiu-se o término deste trabalho, por sua vez, conformando uma leitura teórica do que viria a ser política econômica, assinalando uma porção de tendências consagradas na teoria econômica e das ciências políticas admitidas, sugerindo aos futuros estudos, sem dúvida, que considerassem elementos empíricos capazes de testar o desenho apresentado na pesquisa, cuja preocupação seria visualizar o alcance conceitual, tarefa intransferível da ciência, não sendo diferente com esta reflexão marcada com o selo metodológico da síntese das várias teorias e demonstrando a pertinência de tal esforço investigativo constante na análise agora concluída.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, R. B. A. **O federalismo e as teorias hegemônicas da economia do setor público na segunda metade do século XX: um balanço crítico.** 2003. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

ANDRADE. M. C. de. **Espaço, polarização e desenvolvimento:** uma introdução à economia regional. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro:** heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan Fase, 2000.

AZEVEDO, C. M; SHIKITA, P. F. A. Assimetria de informação e o crédito agropecuário: o caso dos cooperadores da Coamo-Toledo (PR). **RER**, v. 42, n. 02, p. 267-292, 2004.

BORSANI, H. Relações entre Economia e Política: teoria da escolha pública. In: ARVATE, P. R.; BIDERMAN, C. (Org.). **Economia do setor público no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. P. 103 – 125.

BRUNHOFF, S. de. **Estado e capital:** uma análise da política econômica. Rio de Janeiro: Forence, 1985.

CARLIN, W.; SOSKICE, D. **Macroeconomics:** imperfections, institutions and policies. Oxford: Oxford University Press, 2006.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise:** a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP; IE/Unicamp, 2002.

CARNOY, M. **Estado e teoria política.** 2. ed. Campinas: Papyrus, 1988.

CASTELO BRANCO, P. H. V. B. Burocracia e crise de legitimidade: a profecia de Max Weber. **Lua Nova**, 99, p. 47-77, 2016.

CONDÉ, E. A. S. **Laços na diversidade a Europa social e o Welfare em movimento (1992-2002)**. 2004. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

FAGNANI, E. **Política social no Brasil (1964-2002):** entre a cidadania e a caridade. 2005. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

FELIPE, E. S. Racionalidade limitada e modelos mentais: aspectos cognitivos dos agentes econômicos na economia institucionalista. **Revista de economia**, v. 34, n. 3, p. 143-163, 2008.

FERREIRA, F. D. da S.; SILVA, W. G. Finanças públicas municipais de estados do centro-oeste brasileiro e a crise financeira internacional: uma análise a partir do choque econômico pós-2008. **Revista de Economia**, Anápolis, v. 13, n. 1. p. 38-62, 2016.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

GALPOLO, G; GALA, P; FERNANDES, D. A. Notas para uma avaliação do discurso marxista em Douglass North. **Revista de Economia**, v. 9, n. 1. p. 195-213, 2008.

GOBETTI, S. W; ORAIR, R. O. Flexibilização Fiscal: novas evidências e desafios. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n. 2132, set. 2015.

GRUNDWALD, J. Estabilidade de preços e desenvolvimento segundo a escola “estruturalista” o caso chileno. *In*: HIRSCHMAN, A. O. **Monetarismo vs. Estruturalismo**: um estudo sobre a América Latina. Rio de Janeiro: USAID, p. 107-137, 1967.

HICKS, J. R. **Valor e capital**: estudo sobre alguns princípios fundamentais da teoria econômica. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

HIRSCHMAN, A. O. **As paixões e os interesses**: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KALECKI, M. “As Equações Marxistas de Reprodução e a Economia Moderna”. *In*: KALECKI, M. MIGLIOLI, J. (Org.). **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

KEYNES, J. M. **A Teoria geral, do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KRUGMAN, P. “Differences in income elasticities and trends in real exchange rates”. **European Economic Review**, maio, 1989.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional**: teoria e prática. São Paulo: Person Addison Wesley, 2005.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MARX, K. O Método da Economia Política. *In*: MARX, K.. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil. *In*: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. (Orgs.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINSKY, H. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.

MODENESI, A.M. **Regimes monetários**. Bauru: Manole. 2005.

MYRDAL, G. **Aspectos políticos da teoria econômica**. São Paulo: Nova Cultural LTDA, 1997.

MYRDAL, G. **O valor em teoria social**. Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

MYRDAL, G. **Perspectivas de uma economia internacional**. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

NORTH, D. C. **Instituciones, cambio institucional y desempeño econômico**. Colección Economía contemporânea. Fondo de Cultura Económica. 2ª r. México, 2001.

O'CONNOR, J. **USA: a crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OFFE, C. The theory of the capitalist state and the problem of policy formation. *In*: LINDEBERG, L. (Ed.). **Stress and Contradiction in Modern Capitalism**. Lexington: Lexington Books, 1975.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, C. Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação: contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. **Educação e Sociedade**, n.35, p. 9-59, abr.1990.

OLIVEIRA, F. DE. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Novos Estudos**, n. 22, out. 1988.

PERES, U. D. Custos de transação e estrutura de governança no setor público. **RBGN**, v. 9, n. 24, p. 15-30, 2007.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

POSSAS, M. L. Demanda Efetiva, Investimento e Dinâmica: A Atualidade de Kalecki para a Teoria Macroeconômica. *In*: POMERANZ, L; MIGLIOLI, J. e LIMA, G. (Orgs.). **Dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo**: homenagem a M. Kalecki. São Paulo: Editora da USP, 2001.

PREBISCH, R. “O Desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus principais problemas”. *In*: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). “Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL”. **Cepal-Record**, v. 1. 2000.

RAMAUX, C. L. **État social**: pour sortir du chaos néolibéral. Paris: Mille et un nuits, 2012.

SALVADOR, E. S. **Fundo Público no Brasil**: financiamento e destino dos recursos da seguridade social (2000 a 2007). 2008. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SERRANO, F. Acumulação e gasto improdutivo na economia do desenvolvimento. *In*: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. (Orgs.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, A.C. M. **Macroeconomia sem Equilíbrio**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, W. G. Autonomia relativa e descentralização fiscal: uma análise da arrecadação estadual do Rio Grande do Norte. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 40, n. 136, p. 65-78, 2019.

SILVA, W. G. **Fundo público e a programação e execução orçamentárias no Rio Grande do Norte: Uma Análise a Partir do Plano Plurianual 2004/2015.** 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SILVA, W. G.; SILVA, S. C.; FIGUEIREDO, J. S. Reflexões sobre a política social a partir do contexto monetário internacional: uma discussão preliminar. **Holos**, v. 2, 2013.

SOARES, L. T. R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** 1995. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

SOUZA, N. **Desenvolvimento econômico.** São Paulo: Atlas, 2005.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo: Companhia das letras, 2013.

